



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 56

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 26 de Novembro de 1998

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar.*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 15,25 horas.

O **Período de Antes da Ordem do Dia**, iniciou-se com a leitura da correspondência passando-se de seguida à discussão do **Voto de Pesar**, apresentado no dia anterior pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelo "**falecimento do Dr. José da Silva Fraga**".

Sobre este voto, intervieram os Srs. Deputados Mário Moura (*PP*) e Paulo Valadão (*PCP*), tendo sido o mesmo aprovado por maioria.

Em seguida, passou-se ao período destinado às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região, no qual intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados João Carlos Macedo (*PS*), Mário Moura (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Eugénio Leal (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Fernando Menezes (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*),

José Manuel Nunes (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), da Economia (*Duarte Ponte*), da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

No **Período da Ordem do Dia** apreciou-se e votou-se a **Proposta de Decreto Legislativo Regional — "Redução da tabela de taxas gerais do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, prevista no artigo 71.º do respectivo código"**, onde intervieram os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Augusto Elavai (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*) a quem coube a apresentação da respectiva proposta.

Finalmente, e por proposta dos Grupos Parlamentares do PSD e PP, votou-se um requerimento para que a discussão e votação da **Moção de Censura ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores** fosse agendada no dia 27 de Novembro.

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Jorge Valadão (*PSD*), foi o mesmo aprovado por maioria.

(Os trabalhos terminaram às 20.15 horas)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde. Peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 15.25 horas)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa
João Carlos do Couto **Macedo**
João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**
José **Élio Valadão** Ventura
José Humberto de Medeiros **Chaves**
José do Nascimento Ávila
João Luis Sanchez dos **Santos**
Luis Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Manuel **Herberto** da **Rosa**
Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Alberto Romão **Madruga da Costa**
Ana Carolina Gomes da **Silva**
António Manuel Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno de **Ávila** Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt Cunha

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte

José Ramos Aguiar

José Francisco Salvador Fernandes

Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

José Maria Bairos

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Mário Jorge da Câmara Simões Moura

João Maria Fraga Greves

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 52 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a leitura da correspondência.

Secretário (Guilherme Pinto): Do Gabinete do Ministro da República, um ofício a remeter, para publicação no Diário da República, o Decreto Legislativo Regional n.º 18/98 — "Rede de Portos da Região"

Secretário (José Ramos Aguiar): Da Associação Agrícola da Ilha Terceira, parecer sobre a Proposta de Plano do Governo Regional para 1999.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs 38, 39 e 40, bem como os Suplementos aos Diários n.ºs 38, 39 e 40.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Regional do PS, Rui Pedro Ávila.

"Assunto: Ponto da situação sobre os Planos de Urbanização das Vilas de São Roque, Lajes e Madalena da Ilha do Pico

Tendo em consideração que, há cerca de dez anos, a então Secretaria Regional do Equipamento Social entendeu por bem tomar a responsabilidade financeira da elaboração dos **Planos Gerais de Urbanização das Vilas-sede de concelho da Ilha do Pico**;

Considerando que o Gabinete de Estudos e Projectos, a quem foi adjudicado esse serviço, já há vários anos deu por findos os seus trabalhos e, ao que consta, foram também pagos na totalidade os seus honorários;

Considerando que, por volta de 1994, alguns dos municípios, senão mesmo os três, procederam ao indispensável inquérito público, ficando a aguardar a **ratificação** dos referidos Planos de Urbanização por parte do V Governo Regional, o que nunca veio a acontecer;

Considerando ainda que, com a actual orgânica governamental, esta área do Ordenamento do Território deixou de estar na dependência da ex-Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e foi integrada na Direcção Regional do Ambiente - Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente;

Considerando por último que, nas recentes Jornadas do Triângulo este assunto foi afluído como sendo uma importante lacuna no planeamento urbanística sedes de concelho da Ilha do Pico;

Em face do que acima se expõe e ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Deputado signatário solicita ao Ex. Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, os seguintes esclarecimentos:

1- Há alguma falta de entrega de documentos ou atraso noutras quaisquer *démarches* deste processo, que não tenham sido realizadas por parte dos Municípios da Ilha do

Pico e que estejam protelando a conclusão da ratificação dos Planos de Urbanização referidos?

2- Em caso negativo quando pensa essa Secretaria concluir e ratificar em definitivo os Planos de Urbanização das Vilas-sede de concelho de São Roque, Lajes e Madalena na Ilha do Pico ?

Horta e Sala das Sessões da ALRA, 23 de Novembro de 1998

O Deputado Regional: Rui Pedro Ávila"

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento dos Srs. Deputados Humberto Melo e José Manuel Bolieiro, e diz o seguinte:

"1. O motivo de concessão de prorrogação deve-se a alguns trabalhos não previstos que abaixo enumeramos e que, por serem de interesse para a qualidade da empreitada e da população em geral, foram autorizados:

- a) Aumento da profundidade da fundação do lancil, incluindo todo o movimento de terras;
- b) Reposição da calçada à portuguesa em entradas e passeios;
- c) Execução de maciços em betão ciclópico junto às árvores, incluindo todo o movimento de terras, (a fim de se evitar o seu corte);
- d) Demolição de passeios em betão e transporte a vazadouro;
- e) Execução de infraestruturas para colocação de tubagem da EDA, para iluminação do troço da E.R., entre a Rua dos Valados e o nó do Aeroporto da 2.^a Circular;
- f) Alteração da estrutura do pavimento, sendo aumentada a espessura da camada base, que passa de 0,15 m para 0,24 m, sendo executada por duas camadas de 0,12 m;
- g) Execução de colector - situação de drenagem n^o 10 - alteração de traçado para não perturbar a circulação automóvel;
- h) Execução de valas em crista em quantidade superior ao estimado inicialmente;
- i) Execução de mais poços absorventes;
- j) Execução de um parque de estacionamento colectivo com 60 ml e uma zona verde com vista sobre o Aeroporto.

Verifica-se no total, uma mais valia na ordem dos 22.130.051\$00, sendo este valor aproximadamente 18,5% do valor da adjudicação. Encontrando-se para assinatura o 1º adicional do contrato. (Documento A cópias contrato e auto de consignação)

2. A conclusão da empreitada está prevista para o final do corrente ano. Atendendo que foi solicitado ao empreiteiro a remoção das massas betuminosas, uma vez que as massas aplicadas não garantiam a qualidade para a qual foi dimensionado o pavimento.

Anexamos ainda o Caderno de Encargos e a Legislação em vigor. (Documentos B e C cópias da 1ª e 2ª prorrogação de prazo).

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral."

(Os documentos mencionados encontram-se arquivados no respectivo processo)

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Alvarino Manuel Meneses Pinheiro, do Partido Popular, do seguinte teor:

"1. A construção do parque de retém de gado de São Roque do Pico encontra-se em fase final de projecto.

O concurso público desta obra deverá ser lançado em 1999 e a empreitada arrancará possivelmente em conjunto com a empreitada de reabilitação do porto de São Roque do Pico.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral."

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Aires Reis, do Partido Social Democrata.

"1. A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos já procedeu à adjudicação de sinais de código, estando prevista a entrega e montagem dentro de dois meses;

2. Está a ser preparado um concurso público para ser lançado em 1999, de fornecimento de sinalização vertical de orientação para todas as ilhas;
3. Está igualmente em preparação um processo de concurso para aquisição e montagem de equipamento de balizagem, considerando as cotas altas a que o troço em questão se desenvolve;
4. As marcas rodoviárias (pinturas horizontais) já foram executadas pela Delegação de São Jorge da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral."

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Humberto Melo, do Partido Social Democrata.

"As questões levantadas no presente Requerimento foram já respondidas em 23 de Outubro de 1998, a coberto do nosso ofício n° 009835.

Uma vez que se trata da mesma temática objecto da referida resposta entendemos não haver mais nada a acrescentar.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral."

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Humberto Melo, do Partido Social Democrata.

"1. O orçamento inicial e outros, estão incluídos nos adicionais ao contrato que se anexa;

2. As prorrogações de prazo concebidas estão previstas nos adicionais celebrados entre ambas as partes;

Encontra-se em análise/negociação com o empreiteiro o pedido de prorrogação de prazo, devido a vicissitudes ocorridas no início da obra por falta de entrega atempada de projectos de alteração.

Entretanto, está a decorrer a prorrogação de prazo derivada do exposto no ponto anterior e resultantes de alguns trabalhos em execução que integram o 3º Adicional ao contrato, em fase de adjudicação;

3. Não existem Autos de Suspensão de Trabalhos assinados pelas partes.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral."

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Aires Reis, do Partido Social Democrata, cujo assunto é "obras de ampliação dos portos da Calheta e do Topo".

"1 - A ampliação do Porto da Calheta, encontra-se em fase de projecto, estando-se a analisar de entre os cenários possíveis, o mais adequado ao caso em questão. Para tal, têm-se deslocado a S. Jorge, diversos técnicos da empresa responsável pela realização do projecto:

2 - Apesar do Porto do Topo, ao abrigo da alínea d) do nº 2 do Decreto Legislativo Regional nº 17/94/A, de 18 de Maio, pertencer à classe D (porto de pesca), a Secretaria Regional da Economia irá realizar uma dragagem a este, aquando da empreitada do Porto da Calheta, conforme foi decidido em Conselho de Governo;

3 - O Governo Regional, logo que possua o projecto do Porto da Calheta concluído, enviará o mesmo a todas as entidades competentes na matéria, por forma a que possam fazer os ajustamentos finais ao projecto apresentado, prevendo-se que tal seja possível até ao final do corrente ano;

4 - O concurso público desta obra deverá ser lançado em 1999, ao que se seguirá o arranque da obra.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral."

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Câmara Municipal da Praia da Vitória, parecer sobre a Proposta do Plano a Médio Prazo 1997/2000 e Plano para 1999.

Presidente: Terminada a leitura da correspondência, vamos passar ao ponto seguinte do Período de Antes da Ordem do Dia que vai ser preenchido com o Voto de Pesar

sobre o "falecimento do Dr. José da Silva Fraga", apresentado ontem pelo Grupo Parlamentar do PSD e que ficou adiada a sua discussão e votação para hoje, nos termos regimentais, dada a proposta que foi feita nesse sentido apresentada pelo PCP. Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moura.

Deputado Mário Moura (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular associa-se justamente ao Voto de Pesar pela morte do Dr. Silva Fraga, promovido pela bancada parlamentar do PSD.

Tive o privilégio do conhecer e quero aqui realçar as suas excepcionais qualidades de humanista e de açoriano sempre atento e muito interessado pela causa e pela defesa dos interesses da sua terra.

O Dr. Silva Fraga foi um homem que serviu a política no sentido mais nobre e amplo que esta arte contém: a defesa e a liberdade da justiça.

Estes dois conceitos dominaram a sua vida, quer como profissional conhecidamente competente, quer como político, tendo deixado vários artigos publicados, a corrente do seu pensamento.

Mas foi, sobretudo, no mundo da advocacia que mais se salientou granjeando, entre os seus pares, autoridade, prestígio e grande consideração e respeito.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O momento da morte é sempre altura de constrangimento e pesar independentemente da pessoa em causa.

É sempre desagradável o fenómeno da morte, mesmo quando ela atinge um adversário ou um inimigo.

Na nossa cultura, o momento da morte traduz-se pela valorização das qualidades e o esquecimento dos defeitos.

Todos nós cultivamos valores que têm um padrão comum e uma matriz semelhante.

Estamos hoje e aqui a apreciar um voto de pesar por um falecimento ocorrido recentemente, mas estamos no principal órgão da autonomia da Região Autónoma dos Açores. Estamos no órgão político por excelência onde a valorização dos actos políticos é primordial.

O PCP/Açores e eu próprio, sempre nos manifestamos em coerência defensores da autonomia política e administrativa consignada na Constituição. Sempre nos assumimos defensores intransigentes de uma autonomia integrada no estado unitário. Sempre nos assumimos como portugueses e açorianos querendo viver numa pátria livre e democrática — a portuguesa — com regiões, uma das quais é a Região Autónoma dos Açores. Sempre combatemos e combateremos o separatismo e o independentismo.

Não confundimos nem queremos confundir autonomia com separatismo, nem autonomistas com independentistas.

Por isso mesmo, valorizamos tudo o que diz respeito à defesa da autonomia integrada numa visão mais ampla, integrada no sentimento de cidadania portuguesa.

Desvalorizamos todas as acções cujo objectivo último é o separatismo e o independentismo.

Neste, que é o principal órgão desta Região, há que lembrar a memória dos açorianos ilustres, mas também não estamos de acordo que sempre que desaparece do mundo dos vivos um advogado ou outro qualquer doutorado ou licenciado, tenhamos que lhe prestar homenagem aprovando em sua honra um voto de pesar.

Perante o exposto, o nosso voto será de abstenção e esta abstenção é tão somente pelo respeito que nos merece a morte, qualquer que seja o morto.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação do Voto de Pesar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto, façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado com 21 votos a favor do PS, 24 a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e registou 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Vamos dar sequência aos nossos trabalhos passando para as **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Foi lido, neste plenário, no período legislativo de Junho, o relatório que a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais elaborou ao abrigo e para cumprimento do que dispunha o art. 119.º do texto regimental então em vigor.

Nesse documento, ao relatar-se a audição do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, transcreve-se a afirmação, por este proferida, de que "as relações com a ANAFRE são boas", mas "aquela Associação não pode ter a mesma importância institucional" que é reconhecida à sua congénere dos municípios.

Já sabíamos que, em Portugal, passado quase um quarto de século sobre o 25 de Abril, as autarquias continuam a possuir este estigma inquietante de se graduarem numa espécie de castas indianas, não sendo difícil que do não reconhecimento da mesma "importância institucional" se passe, rapidamente, para o não reconhecimento da mesma dignidade "tout court", pese embora a mesma origem e legitimidade democrática dos órgãos deliberantes e executivos de qualquer dos níveis da administração local portuguesa.

Com efeito, se o Sr. Presidente da República e o Sr. Primeiro-Ministro se deram ao louvável esforço de, há cerca de dois anos, se deslocarem, propositadamente, de Lisboa a Ponta Delgada, para enfeitarem com o brilho da sua presença as cerimónias de abertura e encerramento do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, já tanto não aconteceu com o recente 6.º Congresso da Associação Nacional de Freguesias, realizado em plena Lisboa, onde, em vez do avião, o meio de transporte poderia resumir-se ao automóvel - ou, até, talvez, ao carro eléctrico, como, no início do século, fazia o nosso Teófilo Braga, já investido nas elevadas funções de Presidente do Governo Provisório e, depois, de Presidente da República.

Aí, a representação confinou-se a um alto funcionário, pelo lado presidencial e a um secretário de Estado, pelo lado do Governo, ficando, assim, marcada a diferença entre quem é quem nestas coisas do Poder Local e confirmada a situação de minoridade em que ainda permanecem, em termos autárquicos, as freguesias portuguesas.

E foi, decerto, por ter sabido reconhecê-la como injusta e altamente penalizadora, que, em boa hora, o Presidente Jorge Sampaio resolveu congregar, em Outubro último, no Centro Cultural de Belém, os presidentes das freguesias de todo o País, para, com eles, reflectir sobre a degradação e falência de certo tipo de discurso político e o afastamento que algumas atitudes não deixam de provocar entre os cidadãos e a política, tomada esta como actividade nobre, potenciadora e significativa da participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Na ocorrência de mais um Dia do Poder Local, efeméride que o órgão máximo da autonomia fundamentou na data histórica em que o Governo da Regência, domiciliado em Angra, criou em Portugal as então chamadas "juntas de paróquia", vem a "talhe de foice" trazer a esta tribuna mais um pequeno rol de reflexões sobre o papel das freguesias como forma organizativa, geográfica e social do mundo em que vivemos.

No correcto dizer de José António Santos:

"A freguesia ou paróquia constitui tema de relevância tanto pretérita como actual.

É um acumulo de história e de sociabilidade que, nas suas acepções eclesiástica e administrativa, efectiva e edifica ao longo da vida local portuguesa um papel proeminente em vários planos, e sobretudo nos de cariz confessional, comunitário, instrutivo, assistencial, censitário e de registo civil.

Desde os primórdios da sua génese, à instituição paroquial coube desempenhar uma influência civilizadora, exercer uma acção catalítica e coesiva, e preencher um espaço matricial ímpar na estruturação da sociedade e do território, que em muito transcendem a vertente formativa nos diversos ângulos da sua partição: religiosa, educacional, cultural e moral.

E isto independentemente do juízo que cada um de nós possa fazer da política que ela seguiu, dos agentes que a serviram, e da conformidade ou desconformidade dos actos que lhes possam ser imputáveis."

Miguel de Oliveira sublinha mesmo que a freguesia "excedeu em importância social as próprias instituições municipais".

"A vivência em comum numa circunscrição historicamente consolidada por vínculos articuladores dos laços e das práticas que solidarizam os modos de vida, pensar, sentir e agir dos habitantes, conferiu à freguesia um carácter singular no plano gregário e sociológico."

Por minha própria conta, acrescento, repetindo o que aqui já disse noutro momento parlamentar, que, neste tempo que prenuncia o fim do século e do milénio, mesmo com a informação multimédia ao alcance dos olhos e passados que sejam os fugazes momentos de deslumbramento causados pelas grandes tiradas de oratória ou pela mestria dos gestos políticos de efeito especial, é na freguesia que se exige a habitação condigna, a escola próspera, a água bacteriologicamente pura, a rua pavimentada, o trânsito com ordem, o estacionamento garantido, o espaço para o desporto, a biblioteca, o curso nocturno, a conferência, o concerto, o teatro, a exposição, o serviço de saúde e o terminal de segurança social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O 6.º Congresso da Associação Nacional de Freguesias, em que, como autarca, tive a honra de tomar parte, chegou, pela enésima vez, ao simples lugar comum de que é necessário e urgente darem-se passos seguros no sentido de ser conferido às pequenas comunidades locais o grau de dignificação a que se sentem com direito e que, de resto, todos reconhecem, mesmo que, muitas vezes, tal reconhecimento não passe de artifício de retórica, esquecidas que ficam, desde logo, as palavras e as intenções que devem enformar a vida quotidiana.

Pedir mais competências e recursos próprios é, apenas, exigir os instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento de uma acção profícua no terreno em que decorre a vida das nossas populações, uma vida às vezes marcada pela persistente falta de qualidade e "élan" e que acaba por funcionar como factor repulsivo e de desertificação do espaço rural, ainda agora inflaccionando as cidades, ontem dirigindo-se para outros países e terras distantes, deixados para trás, irremediavelmente, os pobres e perdidos recantos, só religáveis através do afecto e da memória.

A missão civilizadora das freguesias tem de continuar a fazer-se sentir como contributo para o desenvolvimento e para a qualidade de vida que constitui factor de

estabilização da vida local e objectivo dourado de todos os planos de governo e mesmo de todos os governos, centrais, regionais ou locais.

A dignificação dos seus órgãos, a que, em termos de afectação de recursos e contratualização de tarefas, se sobrepõem, demasiadas vezes, organizações de natureza diversa e de fraca representatividade, deve nortear cada medida de política que se dirija à vida concreta do povo português e açoriano, pois outra maneira não há de se respeitar a vontade popular livremente expressa em sufrágio eleitoral directo.

A situação de penúria e miserabilismo financeiro em que, apesar dos esforços feitos nos últimos anos, ainda vegetam os órgãos das freguesias arredam-nos da possibilidade de assumirem, plenamente, nas respectivas áreas territoriais, o protagonismo aberto pelo generoso elenco das atribuições, mas logo fechado pela parca lista de competências, quase todas, de resto, nas mãos dos municípios, que só as delegam a seu talante, quando, por incompetência e má-fé, não hesitam em sonegar os meios, fazendo ouvidos surdos às necessidades expostas ou vendo mesmo em cada presidente de junta não um parceiro para a acção, mas um potencial antagonista para a disputa das futuras eleições, por mais distantes que estejam.

Estou convencido de que não é este o caminho que pretende seguir o Governo Regional, escolhida a solidariedade e o enfoque social como forma de concretização da autonomia e o aproveitamento do seu carácter instrumental para o alcance de novos patamares de desenvolvimento social, económico e cultural.

Porque, apesar de tudo o que atrás disse, sou de opinião de que "de hora a hora Deus melhora", e isto contribui para que me afaste de visões fatalistas e desesperadas, sempre redutoras da audácia e da imaginação que são o sal de toda a política, em qualquer tempo e em qualquer lugar.

Ainda não há muito, o Conselho de Ministros, através da Resolução n.º 197/97, publicada no "Diário da República", I série, n.º 267, de 18 de Novembro, demonstrou a sua preocupação em recolocar nos órgãos de poder local, tanto dos municípios como das freguesias, as funções de coordenação e liderança da "rede de solidariedade e protecção social", assumindo o reconhecimento público dos valores patenteados pela secular e fecunda tradição de entreatajuda familiar e de solidariedade mais alargada de

que são protagonistas muitas instituições, grupos e iniciativas de acção social disseminadas por todo o País.

Segundo o texto normativo:

"Espera-se deste modo que, sem a criação de novos organismos nem aumento significativo de despesas, se fomente a solidariedade social, se optimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando possíveis.

A rede social poderá contribuir decisivamente para a consciência pessoal e colectiva dos problemas sociais, para a activação dos meios e agentes de resposta e para as inovações recomendáveis".

Assim sendo, só me resta sugerir, amistosamente, ao sr. Secretário Regional de Educação e Assuntos Sociais que, após a indispensável reflexão, não se descuide de promover, também entre nós, esta imaginativa forma de combater a dispersão de esforços e recursos, começando, desde logo, nas pequenas comunidades locais, que, assim, dentro do tão celebrado princípio da subsidiariedade, descobrirão uma nova forma de protagonismo e, até, talvez, uma acrescida razão de ser.

Com isso, também se combaterá o egoísmo, a passividade e o descrédito na política, inimigos declarados do desenvolvimento.

Porque, como afirma Elie Wiesel, em recente entrevista, "é preciso inventar mais razões contra a indiferença e o silêncio". Esses são os males do mundo. Acho mesmo que esse é um dos objectivos da humanidade.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, PSD, PP e do Governo)

Presidente: Aceitam-se inscrições para pedidos de esclarecimento, se for caso disso.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo Regional não pode deixar de se associar à voz autorizada do Sr. Deputado João Carlos Macedo e também voz autoradíssima como autarca que muito honra

esta Região. Portanto, o Governo Regional não pode deixar passar, sem uma palavra, esta comemoração neste dia de profundo significado.

A política deste Governo relativamente ao poder local democrático, como gostamos de dizer, é muito clara e é aquela que está fixada obviamente no seu programa.

Dentro do máximo respeito, porque ambos portadores — ambos órgãos que servem as populações dentro dos respectivos limites, dentro das suas competências — de legitimidade democrática, o comportamento e a relação entre o poder regional e o poder local, só pode ser de franca e leal cooperação institucional.

É isso que temos feito, é isso que temos tentado vir a reforçar ao nível técnico e ao nível financeiro.

Também gostaria de dizer, embora compreenda o discurso com alguma mágoa daquele que é o Presidente de Junta de Freguesia mais antigo deste país, que as freguesias continuam ainda a ser, como todos nós sabemos, um pouco o "parente pobre", neste jogo do poder local.

É evidente que a alteração desta realidade, em termos constitucionais e estatutários, não passa em primeira linha por nós, mas gostaria também de deixar aqui uma palavra, ou seja, naquilo que é possível ao Governo Regional fazer, nós não nos temos esquecido das freguesias. Foi iniciado um esforço de informatização de todas as juntas de freguesia e no próximo Sábado terei o prazer de assinar com o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna um protocolo em que será fornecida a cada Junta de Freguesia mais um computador com "software" específico para matéria de recenseamento eleitoral.

Também nesta matéria julgo que ficaremos um pouco melhor do que as freguesias a nível nacional.

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de um minuto.

O Orador: Ou seja, todas as freguesias dos Açores terão, muito em breve, pelo menos dois computadores.

Era apenas para me associar a este dia.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moura.

Deputado Mário Moura (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha primeira intervenção tem por objectivo trazer aqui, à consideração de todos os srs. deputados e do Governo, uma reflexão sobre um sector da vida regional que considero duramente atingido não apenas pelos temporais, mas também por uma grave crise económica que está preocupando uma faixa muito grande da população açoriana - os lavradores.

É de todos sabido e torna-se lugar comum que a agro-pecuária mantém grande parte da economia dos Açores. É mesmo um dos seus pilares.

A boa qualidade das nossas pastagens, a situação Geográfica, a dedicação, o profissionalismo e a consciência dos nossos empresários agrícolas conseguiram agora ilibar a nossa Região do flagelo que se abateu sobre a produção de carne de bovino em alguns países da União Europeia - a BSE e que, neste momento, está prejudicando a economia do nosso País.

Ilibar os Açores dos constrangimentos e do embargo imposto pela União Europeia à carne portuguesa foi um acto de justiça prestado, em primeiro lugar, ao bom senso dos nossos lavradores e às condições específicas da nossa lavoura, que não recorreu às importações das rações com componentes derivados de farinha de carne.

Não foi nenhum favor devido apenas à acção do Governo. Este não fez mais do que a sua obrigação.

Aquilo de que os lavradores necessitam, neste momento, é do apoio do Governo para que a lavoura açoriana retire mais valias e o maior proveito possível na colocação da sua carne no Continente e na Região Autónoma da Madeira, que constituem os mercados por excelência dos nossos produtos.

De há quatro anos a esta parte, o sector vem arrastando uma crise que, sem exagero, classificaria de muito grave e preocupante.

Não houve ainda, que se saiba, apoios substanciais à recuperação económico-financeira das empresas agrícolas que foram vítimas de conjunturas políticas europeias que não favoreceram a nossa frágil e ultraperiférica economia.

Não foi por inabilidade, ou má gestão dos empresários agro-pecuários açorianos que a crise se instalou — repito-o, para que fique bem vincado nesta câmara — mas por condições adversas alheias à vontade e responsabilidade dos lavradores.

Em toda a Região, nomeadamente em S. Miguel que é a realidade que melhor conheço, centenas de empresários agrícolas estão em sérios apuros financeiros.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, diagnosticar o mal e procurar com a colaboração de todos, mas todos em conjunto, arranjar os meios que ajudem a sanear responsabilmente o sector.

Gostaria de chamar a atenção do Governo para uma política que agora e mais do que nunca se encontra desfasada da realidade, e que é antagónica ao desenvolvimento do futuro da Região. Refiro-me objectivamente ao abate de vitelos à nascença.

O incentivo ao abate à nascença de vitelos não favorece a economia regional. E porquê?

Em primeiro lugar, porque limita consideravelmente o número de animais saídos para o exterior e é preciso não esquecer que nos encontramos inseridos num País altamente deficitário na produção de carne.

Em segundo lugar, porque diminui substancialmente o volume de negócios dentro deste sector, arrastando consigo a diminuição das actividades subjacentes a este sector, tais como os transportes marítimos, a fabricação de rações e todo um rol de empregos criados à sua volta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem tiver dúvidas acerca do teor desta minha exposição e quanto à verdadeira situação deste sector fundamental da economia açoriana, visite à Quinta-feira a Popular Feira de Gado da Ribeira Grande e verá como se encontra bastante diferente do tempo das campanhas eleitorais. Informe-se acerca da vitalidade que essa feira já teve, analise a agonia em que se está arrastando e retire para si as conclusões que estas premissas inevitavelmente lhe darão.

Em síntese, e para usar a linguagem do povo da minha terra diria que a lavoura em geral está em clemência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção, desejo cumprimentar e saudar os senhores deputados das várias bancadas e os membros do Governo e desejar a todos as maiores felicidades pessoais e políticas para bem dos Açores.

Muito obrigado!

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

Presidente: Aceitam-se inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, da nossa parte, estamos de acordo com todas as posições que foram colocadas aqui pelo Sr. Deputado do PP em relação a alguns problemas que se põem à nossa agro-pecuária e também em relação ao abate de vitelos à nascença.

No entanto, há uma matéria que há dias me foi referida por um suinicultor açoriano, que se refere a, neste momento, estar a ser vendida carne, dita fresca, de suíno na Região Autónoma dos Açores.

Por isso mesmo, a minha interpelação vai para o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, ou seja, gostaria de saber se a Secretaria Regional tem alguma informação sobre esse facto.

Também gostaria de saber, como se tem processado — se é de facto verdade aquilo e eu tenho todas as razões para acreditar, porque me foi afirmado por alguém que está ligado a esta indústria — a fiscalização que está a ser feita em relação ao transporte, à manutenção e período de manutenção em venda deste produto, o qual, como todos sabem, obedece a determinadas regras estabelecidas pela Comunidade Europeia.

Já agora, um comentário:

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Nos últimos tempos, na Ilha das Flores, tivemos a fiscalização económica altamente preocupada com os produtos da indústria da suinicultura que coloca produtos manufacturados naquela ilha.

A nossa fiscalização económica, em relação a esses produtos vindos de São Miguel, foi altamente exigente em relação aos produtos que os suinicultores e industriais de São Miguel colocam na mais ocidental ilha.

Gostaria de saber se, da parte do Governo Regional, tem havido a mesma preocupação e o mesmo rigor pela chamada carne fresca de suíno que tem sido colocada nos últimos dias ou semanas na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, e antes de prestar os esclarecimentos solicitados, queria saudar uma nova voz nesta Casa, a do Sr. Deputado Mário Moura, eleito por São Miguel, e mais uma voz também a defender a lavoura.

Em relação às questões aqui colocadas, nomeadamente a questão da entrada de carne de suíno, eu penso que o Sr. Deputado Paulo Valadão, na sua formação profissional, sabe que não é competência da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas proceder à inspecção dos circuitos comerciais. As competências da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, neste caso, processam-se a outros níveis da fileira da carne.

Pelo que eu sei - o Sr. Secretário Regional da Economia poderá dar informações mais pormenorizadas — este é um facto recente que nos preocupa e que está a ser devidamente seguido por uma instância normal, neste caso, a Inspecção das Actividades Económicas que não depende, como é evidente, da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Contudo, penso que é um problema real face ao qual nós não podemos esconder a sua existência, ou seja, numa situação, que é uma situação europeia, de desequilíbrio no mercado de carne de suíno, de excesso de carne de suíno, de descida em flecha dos preços dessa carne, vamos, com certeza, e é bom que tenhamos essa noção, viver uma situação concorrencial que já nos está a começar a afectar e que é adversa.

Quem tem estado atento à evolução do mercado europeu sabe que isso é um facto.

Nós tivemos duas situações — aliás, as duas situações que aqui são definidas — ou seja, a situação do embargo à BSE em que cumprindo o nosso dever, como disse e

muito bem o Sr. Deputado Mário Moura, conseguimos o que não se conseguiu na primeira crise da BSE, ou seja, intervir e criar um facto corpositivo de potenciação da economia regional.

Presidente: O Sr. Secretário tem um minuto.

O Orador: No outro, as situações são diferentes e a nossa capacidade de intervir também é diferente, embora, como é evidente, através dos organismos existentes, vamos velar pelo interesse regional fazendo cumprir as regras que se aplicam neste caso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Efectivamente, a Inspeção das Actividades Económicas mal soube desta notícia pôs-se em campo.

É um assunto complexo que leva algum tempo a analisar, mas quando tivermos algum relatório claro sobre este assunto, podemos dar informação precisa a esta Câmara e vamos actuar no campo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma reflexão sobre a matéria.

A primeira para dizer que estou em desacordo com aquilo que diz o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, na medida em que, em nosso entender, todos os produtos de origem animal, não industrializados, os quais devem ser acompanhados de certificação sanitária, são uma atribuição de inspecção de entrada da Secretaria, Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente. Por isso mesmo, esses produtos, na sua entrada, têm que ter a devida inspecção.

Em relação à resposta que é dada pelo Sr. Secretário Regional da Economia, nós pensamos que uma matéria deste teor tem que ser analisada e vista e têm que ser

tomadas posições em função dos relatórios técnicos e das análises laboratoriais urgentes, porque está em causa não só a economia da Região — nós não queremos salienta essa — mas fundamentalmente a qualidade dos produtos consumidos pelos açorianos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na passada Sexta-feira fez exactamente dois anos que por esta Assembleia Regional, foi aprovado o Decreto Legislativo Regional que criou a orgânica do primeiro Governo Socialista dos Açores.

No dizer do seu Presidente seria a orgânica do "melhor governo de sempre."

Assim não pensava o PSD.

Impunha-se "ao melhor governo de sempre", que, para além do melhor Presidente e Secretários Regionais de sempre, deveria dispor igualmente da melhor orgânica de sempre.

Não vou referir-me às pessoas, mas direi unicamente que esta não era certamente a melhor orgânica de sempre!

Muito pelo contrario!

Apesar do PSD reconhecer a legitimidade do governo auto-organizar-se, os seus deputados tinham a clara noção que a proposta era demasiadamente má para que, em consciência, pudessem ficar indiferentes à mesma.

Faço notar que o PSD foi o único partido que votou contra a orgânica apresentada pelo Governo.

Foi o primeiro diploma que o PSD apreciou como oposição!

E, desde logo, fizemos-lo como sempre o temos feito: com grande responsabilidade e espírito construtivo.

Recordo diversas intervenções feitas na altura por mim e por outros colegas de bancada, alguns deles com experiência governativas em áreas sensíveis, como a dos Recursos Humanos onde se demonstrava, inequivocamente, a ineficácia e disfuncionalidade daquela orgânica.

A propósito, passo a ler parte de uma delas, proferida pelo Deputado António Meneses:

"Considero que a departamentalização proposta por este Governo para as áreas da Educação e da Saúde é a todos os títulos incorrecta e prima por uma originalidade sem fundamento e perigosa, porque nestas matérias não vale a pena fazer experiências que, no caso de correrem mal, prejudicarão gravemente a administração e os interesses e necessidades das populações. Não vale a pena descobrir a pólvora quando ela já está descoberta. "

Assim não entendeu o Governo!

Somente a arrogância e a teimosia que, embora disfarçada, já reinava neste Governo, é que o terá levado a não reconhecer a razão de ser das nossas críticas.

Hoje, praticamente, a generalidade, sendo a totalidade, dos açorianos admite ter sido um tremendo erro deste executivo socialista a opção então tomada.

Que este exemplo sirva para todos os açorianos ficarem devidamente esclarecidos e sem quaisquer dúvidas sobre quem faz demagogia e quem critica com responsabilidade, quem decide por eleitoralismo e quem propõe alterações com realismo.

Deputado António Meneses (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Foi mesmo o próprio Governo, que no espaço de menos de um ano, e já por duas vezes, veio também dar razão ao PSD.

Primeiro, no início deste ano, com a criação da Secretaria Regional Adjunta da Presidência.

Agora, — decorridos apenas 10 meses dessa alteração e com cerca de meio ano após a aprovação da orgânica dos serviços da Secretaria da Educação e Assuntos Sociais, — é introduzida nova modificação com a inovação de uma Subsecretaria para a Saúde.

Justifica o Governo pela necessidade de um reforço operacional, numa altura em que se prepara a implementação de um novo Serviço Regional de Saúde.

Argumento mais inconsistente, para não dizer mesmo infantil, não poderia ter arranjado.

Muitas seriam as questões que se poderiam colocar, uma vez que a intenção da reestruturação daquele serviço de saúde não é nenhuma novidade. Ela já constava do programa do Governo. Contudo, não resisto a fazer a seguinte pergunta:

Por que motivo o Governo não fez esta alteração mais cedo, permitindo assim que o novo responsável pudesse ter acompanhado todo o processo da elaboração e aprovação pelo Governo da proposta de diploma em referência, antes de ser enviada para o Parlamento?

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Pena foi que o Presidente deste Governo tivesse demorado tanto tempo para perceber que a manutenção daquela Super Secretaria trazia graves e irreversíveis prejuízos para os açorianos. Porque assim:

Perderam os Profissionais de Saúde;

Perderam os Professores;

Perderam os Doentes;

Perderam os Estudantes;

Em conclusão:

Perderam os Açorianos.

Apesar desta alteração já não necessitar da aprovação desta Assembleia, como oposição responsável, é nossa obrigação e dever denunciar e alertar o Governo para tudo aquilo que possa prejudicar esta Região.

Por isso mesmo, com toda a sinceridade, sugiro- lhe que reveja a decisão tomada, para que os açorianos não fiquem ainda mais prejudicados.

Caso contrário, como ontem referiu o meu colega João Cunha e como sabiamente diz o nosso povo: "Será pior a emenda que o soneto."

Que credibilidade pode merecer esta imaginativa criação de uma subsecretaria para a Saúde, quando o seu responsável ficará dependente e com competências delegadas, p r e c i s a m e n t e, do Secretario Regional que durante estes dois anos se revelou totalmente incapaz de pôr em pratica a política definida por este Governo para tão importante sector?

Por mais voltas que dê à cabeça não consigo compreender minimamente esta caricata situação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como deputado eleito pelo círculo do Faial, ilha que se viu espoliada por este Governo Socialista de uma Secretaria Regional, não posso deixar de, uma vez mais, denunciar e protestar pela postura continuada da desvalorização política do Faial.

Com a criação desta nova Subsecretaria este executivo já tem exactamente o mesmo número de departamentos governamentais que o último Governo da responsabilidade do PSD.

Com uma única diferença.

O Faial só tem uma Secretaria Regional com apenas Meio Secretário, como muito bem anteontem escreveu o director de um jornal local.

Até mesmo muitos dos mais aguerridos e convictos socialistas faialenses já não conseguem esconder o seu total desagrado por aquilo que consideram ter sido uma traição do seu partido, na redução de um departamento governamental nesta ilha, repito, afinal a única onde tal aconteceu.

E que não se iludam aqueles que "dão loas a este Governo por ter a coragem de estar a acabar com a triologia sagrada."

Fica uma vez mais demonstrado que a tripolaridade não dará lugar à quadripolaridade, pentapolaridade ou hexapolaridade, mas sim à bipolaridade.

Vou referir o mais recente caso que soube há poucas horas de uma situação que considero inaceitável e, diria mesmo, até escandalosa.

Até há bem pouco tempo a Ilha do Faial, de acordo com a orgânica da Secretaria da Educação, dispunha de um Delegado de Educação Física e de um Delegado de Desportos.

A Delegada de Educação Física foi transferida para a Terceira e está a exercer essas funções naquela ilha.

Não é que agora, com um número significativo de licenciados em educação física nesta ilha, as funções vão ser exercidas **em acumulação** pela Delegada de Educação Física da Ilha Terceira?!

Sr. Secretário, gostava que me confirmasse ou me esclarecesse este assunto.

Termino com algumas recomendações ao Governo:

DEIXEM-SE DE ENGANAR OS AÇORIANOS!!!

DEIXEM-SE DE HUMILHAR OS FAIALENSES!!!

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fico espantado com algumas afirmações feitas nesta Casa.

Eu estive calado durante estes dias quando se falou de saúde, mas agora não posso deixar de vir aqui dizer claramente a este plenário que a saúde no Pico melhorou substancialmente.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Já não se morre no canal!

O Orador: Pode haver problemas noutras ilhas, mas no Pico melhorou substancialmente.

Há pessoas que ainda não perceberam o valor das coisas, dos meios e das pessoas.

Hoje, no Pico, nós temos uma série de especialistas que visitam a ilha e que proporcionam às pessoas os cuidados que elas deviam procurar noutro lado.

Querem que a grávida do Pico venha ao Faial fazer tripolaridade?! É isso?!

Querem que o doente que vive no Pico venha aqui sujeitar-se a sacrifícios e a outras coisas mais para fazer tripolaridade?!

Vozes da bancada do PSD: Não!

O Orador: Meus amigos:

A tripolaridade faz-se e há-de existir sempre na boa vontade das pessoas, no atravessar o canal para ver o híper e noutras coisas mais.

Falem em coisas fundamentais!

Por favor, não brinquem com as pessoas!

Deputado Victor Cruz (PSD): Isto não tem nada a ver com a intervenção!

O Orador: Não brinquem com o íntimo das pessoas!

Não brinquem com o sacrifícios das pessoas!

Não brinquem, porque as pessoas sofreram e sofrem!

Portanto, façam, executem, pensem como quiserem, mas é fundamental respeitar devidamente as pessoas e as pessoas na questão de saúde do Pico foram, de facto, devidamente respeitadas.

Se isso ajudou a prejudicar a tripolaridade, isso eu não entendo. Se alguém entende assim, que fique com isso na sua consciência.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Conforme o Sr. Deputado Eugénio Leal acabou de reconhecer, o Governo tem a legitimidade de se auto organizar conforme entender. Essa legitimidade é-lhe reconhecida pela Constituição e pelo Estatuto. Portanto, neste aspecto creio que estamos todos de acordo que o Governo legitimamente pode-se auto organizar conforme quiser.

No entanto, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o facto deste Governo manter, ainda hoje, a mesma estrutura, em termos de Secretarias, que tinha no seu início.

Não foi criada qualquer subsecretaria. Há sim um lugar de subsecretário, sem qualquer serviço, sem qualquer gabinete, sem qualquer estrutura, integrado na Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Portanto, Sr. Deputado, não houve a criação de nenhuma secretaria. As secretarias que existem hoje, são as mesmas secretarias que existiam há dois anos atrás, aquando da criação deste Governo.

Sr. Deputado:

Não há multiplicação de secretarias, não há aparecimento de novos departamentos. Há sim, a criação de novos lugares de nomeação política para dar resposta a situações que este Governo entendeu como necessárias.

Já agora, Sr. Deputado, embora não esteja feita a nomeação do novo titular do lugar de subsecretário, posso dizer que essa pessoa acompanhou de muito perto a elaboração daquela proposta. Essa pessoa foi uma das pessoas que está na origem da proposta e que a acompanha. O Sr. Deputado verá a devido tempo.

Deputado João Cunha (PSD): Isso talvez foi para pagar algum favor!

O Orador: A crítica que o Sr. Deputado fez estava devidamente pensada e resolvida desde há muito tempo.

O Sr. Deputado verá, talvez com surpresa, o que aconteceu.

Deputada Ana Carolina (PSD): E o Director Regional?!

(Aparte inaudível do Deputado Eugénio Leal)

O Orador: O Sr. Deputado conhece certamente qual era a composição do Grupo de Trabalho que, com os diversos parceiros, discutiu esta matéria e verá pela composição desse grupo quem era a pessoa.

Em relação à questão que o Sr. Deputado punha como central, por um lado, a questão da minha pertença inércia e, por outro lado, o prejuízo que resultou para a Região da existência da mesma, nada de mais enganoso.

Eu orgulho-me do trabalho que tenho feito, daquilo que foi feito na área da educação e daquilo que foi feito na área da saúde.

Presidente: O Sr. Secretário tem um minuto.

O Orador: Sr. Deputado, nós demos passos muito significativos nestas duas áreas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Os açorianos estão melhor servidos agora.

Vozes da bancada do PS: É verdade!

O Orador: E digo-lhe que esta experiência desta secretaria, da coordenação que foi feita e que vai continuar a ser feita, é uma experiência de sucesso, Sr. Deputado.

Este Governo orgulha-se daquilo que fez e orgulha-se do trabalho produzido nestas áreas.

Em todas estas áreas produziu-se e produziu-se muito.

Os açorianos sabem que as escolas estão diferentes, a saúde está melhor, as dívidas estão a desaparecer.

Srs. Deputados:

Os senhores podem dizer aquilo que entenderem, mas na verdade os factos provam o contrário.

Portanto, Sr. Deputado, não vale a pena vir cá com essas coisas. Nós entendemos que queremos ter mais um reforço nesta área, porque julgamos necessário e queremos entrar numa fase, em que, de acordo com o nosso planeamento de actividades, isso é necessário e é este Governo que determina o passo das suas actividades e não o Sr. Deputado.

Nós, dentro dos termos que estabelecemos para a nossa actividade, entendemos assim e assim estamos a fazer.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Eugénio Leal:

O Partido Socialista, aquando da campanha eleitoral, apresentou uma determinada filosofia daquilo que seria, caso vencesse as eleições, como venceu, a estrutura do seu Governo.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Filosofia não lhe falta, falta-lhe é aplicá-la!

O Orador: Essa filosofia assentava, recorde, na existência de uma presidência com competências alargadas — a Presidência do Governo — e na existência de quatro

áreas cooperativas. A saber: educação e assuntos sociais; economia; agricultura, pescas e ambiente e habitação e equipamentos.

V. Exa., Sr. Deputado Eugénio Leal, não terá dificuldade certamente em reconhecer que essa filosofia se mantém e não foi alterada pela existência de mais um secretário da presidência, porque essas funções já existiam na presidência, nem será alterada pela existência de um subsecretário junto do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

De resto, acaba por ser extremamente agradável, para quem está neste lado, ouvir os senhores.

V. Exas. não têm mais nada de substancial para criticar na actuação do Governo? É só um problema de forma?

Se assim é, para nós é um excelente sinal.

Além disso, queria dizer que este Governo mantém, porque continua a dar resultados e está satisfeito, a organização que escolheu e mantém-se fiel a ela. Mas também queria dizer-lhe, desde já, Sr. Deputado Eugénio Leal, que este Governo distingue perfeitamente questões de substância e questões de forma e, ao contrário do que acontece por estas bandas, nós às vezes até nos podemos enganar e podemos ter dúvidas. Se essa altura chegar, seremos os primeiros a reconhecê-lo.

Por enquanto, mantemos a filosofia de Governo que apresentámos aos açorianos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Manuel Serpa, eu julgo que não terá compreendido a minha intervenção. O Sr. Deputado referiu que a população do Pico está melhor servida. Tem algumas situações melhores e eu congratulo-me por essa situação.

No entanto, esse não era o objectivo fundamental da minha intervenção, mas percebi a razão pela qual o Sr. Deputado sentiu necessidade de usar da palavra e o senhor também sabe qual foi.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Nós é que não percebemos a sua!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Educação:

Eu sei que a pessoa que está indigitada para exercer o cargo de Subsecretário da Saúde, foi uma pessoa que acompanhou o período da nova autonomia, antes das eleições, ou seja, o processo ligado à educação e vai ser nomeado ou já foi nomeado.

Porém, a questão que eu ponho, é se esse senhor, ao longo deste período, já era seu assessor ou se já estava directamente relacionado com esse aspecto, com todo o acompanhamento, as audições, que foram várias, as várias versões que o diploma inicial veio a conhecer? Era esta a questão que eu queria colocar.

Seria de toda a conveniência que essa pessoa tivesse acompanhado desde o início e não apenas agora, na fase final.

Sr. Secretário:

V. Exa. orgulha-se do trabalho que foi feito.

É verdade que tem feito alguma coisa, mas posso dizer-lhe que basta ouvir os médicos, os enfermeiros, os professores, os doentes.

Ouçá-os Sr. Secretário Regional e olhe que vai ver que afinal as coisas não são assim como o senhor está pensando!

Também quero dizer-lhe, Sr. Secretário, que a execução do bom trabalho não se mede pela quantidade de diplomas produzidos, mas mais pela sua qualidade. Esse argumento não colhe.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de um minuto.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Regional da Presidência:

O exemplo de que houve uma alteração da orgânica do Governo é o facto do senhor já aí estar sentado e qualquer dia vai estar sentado mais um membro, ou seja, o Sr. Subsecretário da Saúde. Se não tivesse havido alteração na orgânica o senhor não estava aí sentado. Essa é a prova mais evidente de que, de facto, houve uma alteração da orgânica.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não faz parte da filosofia!

O Orador: Se houve necessidade de nomear o Sr. Secretário com áreas específicas, com áreas claras de competências, — como agora foi nomeado o Sr. Subsecretário da Saúde que não sabemos se também fica com os assuntos sociais ou se é só com a

saúde, mas depois havemos de ver o Decreto Regulamentar — é porque houve necessidade de introduzir mais um responsável para actuar naquela área.

Certamente que o Sr. Secretário e o Sr. Presidente do Governo, ao nomearem o Sr. Subsecretário da Saúde, reconhecem que há necessidade de, no sector, existir uma pessoa com maior disponibilidade e com tempo suficiente para poder tratar dos assuntos da saúde.

Foi dito nesta Sala por colegas meus, com experiência governativa, que seria humanamente impossível exercer com eficácia, com a competência devia e com rapidez, estes dois sectores. Isto para nós não é novidade e qualquer açoriano reconhece isso hoje.

Os senhores não me venham dizer que é só os senhores que acham que aquela primeira orgânica estava bem feita. Nós já temos mais um secretário aqui sentado e qualquer dia vamos ter aqui mais um subsecretário.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já terminou. Agradecia que fosse breve.

O Orador: Finalmente, Sr. Secretário Regional da Educação gostaria que aproveitasse esta oportunidade para me esclarecer relativamente à questão da Delegação de Educação Física da Horta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para...

Deputado Fernando Menezes (PS): Para dar esclarecimentos.

Presidente: Faz favor Sr. Deputado.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Eugénio Leal está mal informado relativamente à questão do Delegado de Educação Física na Horta.

O que existe é um despacho em que, neste período de transição, essa pessoa presta apoio aqui na Horta. Não há uma pessoa nomeada em acumulação de funções para exercer esse cargo. Começamos por aí: o Sr. Deputado está mal informado.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Qual é a diferença?!

O Orador: A diferença é que há um despacho para a pessoa prestar apoio nesta fase de transição. Não está ninguém nomeado Delegado de Educação Física, em acumulação, aqui na Horta.

O Sr. Deputado quis levantar aqui um problema que me obriga a levantar outro, ou seja, quando o Sr. Deputado, com as suas responsabilidades políticas aqui no Faial, saneou o antigo delegado de desportos, o anterior delegado de desporto na Horta, porque pertenceu a uma lista do Partido Socialista,...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Olha o verniz a estalar!

O Orador: ... durante 3 anos ...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Já vai ter resposta!

O Orador: ... não houve delegado de Educação Física na Horta.

É estranho que nessa altura não tenha tido essa preocupação e a tenha neste momento.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de um minuto.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, é bom procedermos com cautela, porque realmente quem tem "telhados de vidro não deve atirar pedras para cima dos outros".

Sr. Deputado Eugénio Leal:

A situação é esta e creio que está suficientemente esclarecida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Na sequência do esclarecimento que já foi aqui prestado pelo Sr. Deputado Fernando Menezes, gostava de dizer que na orgânica da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, aprovada este ano, foi criado o Parque Desportivo do Faial. Portanto, passou a existir essa figura de parque desportivo.

Nós estamos numa fase de transição e é essa fase que vai levar à existência dessa estrutura, por isso não me parece conveniente nomear neste momento uma pessoa para esse lugar.

Há um apoio que é dado pela pessoa que conhecia o lugar e que está a apoiar a pessoa que lá está até que seja publicado o diploma que institui essa estrutura, ou seja, o parque desportivo e que vem alterar a orgânica da actual Delegação de Educação

Física e Desportos e vem alterar a forma como está organizada a educação física e o desporto do Faial. É apenas isso que está a acontecer.

É uma situação transitória que terá o seu termo, num curto espaço de tempo, e não vamos esperar os tais 3 anos que o Sr. Deputado Fernando Menezes falou há pouco.

Nós estamos num método de transição por causa do aparecimento dessa nova estrutura e quando a mesma aparecer, serão nomeados os responsáveis por ela.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Uma breve referência após as palavras que, insistentemente, os Srs. Secretários Regionais pronunciam neste Parlamento que, certamente, demonstram que o Governo está orgulhoso do que faz, está feliz consigo, está consciente que está a desempenhar um trabalho magnífico e que, pela primeira vez, se estão a fazer coisas fantásticas nos Açores.

Mas é este mesmo Governo, não no plenário, mas do lado de fora do plenário que, pela voz do seu Presidente, diz com cara de vítima, quase a chorar, que se calhar não tem condições para fazer tudo e que o mesmo, consoante os passos que se vão dando, se calhar apresenta uma moção de confiança.

Em que é que ficamos?!

O Governo é bom?!

Está a governar muito bem e não se pode queixar do Parlamento?!

Ou o Governo está cheio de erros, cheio de dificuldades e por isso apresenta uma moção de confiança?!

Não se pode é ter dois discursos: aqui o discurso do herói, musculado de preferência; lá fora o discurso da vítima.

Em que é que ficamos?!

O Governo está cheio de heróis ou é uma vítima?

Ontem, as declarações do Sr. Presidente do Governo introduziram um novo capítulo na chamada "crise política açoriana". Agora não se pergunta ao PSD e ao PP para se decidirem sobre o futuro; não se sabe se o Governo governa ou não governa.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Os senhores ainda estão à espera da resposta?!

O Orador: O Sr. Secretário levante-se e discuta comigo, se quiser!

Deputado Mark Marques (*PSD*): Tenha coragem e não atire bocas!

O Orador: Nas condições que foram dadas nós não apresentamos moção de censura. Nós já dissemos o que tínhamos para dizer, o que era nossa justiça.

A partir de ontem, o responsável pelas dúvidas é o Governo Regional. Os parceiros sociais, a partir de ontem, é que têm que perguntar ao Sr. Presidente do Governo e ao Governo, afinal em que é que fica a crise?! Despachem-se! Decidam-se!

(Risos da bancada do PS)

Está tudo na expectativa e a crise agora não é por causa do PSD e do PP.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Os senhores podem levantar-se.

Ontem, o Sr. Presidente do Governo não tinha tempo. Hoje, não está presente, mas eu estou sempre aqui pronto para discutir.

A crise está do lado do Governo do Partido Socialista...

Presidente: O Sr. Deputado tem um minuto.

O Orador: ... que vai ser vítima das tais leituras jurídicas, mas nós já dissemos que se há crise é do Governo; se há dúvidas, a partir de ontem, são do Governo. Perguntem agora ao Governo para se despachar e decidir, porque nós estamos cá e firmes!

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Menezes:

Eu julgo que quem anda mal informado é V. Exa.

Deputado Fernando Menezes (PS): Está explicado!

O Orador: Em primeiro lugar, eu quero dizer-lhe que no exercício das minhas funções, nunca saneei ninguém, nem sequer a pessoa que o senhor referiu, mas se o senhor considera que isso a que se referiu é saneamento, pois até há bem poucos meses atrás, neste período de dois anos, muitos saneamentos fizeram os senhores!

Deputado Fernando Menezes (PS): Agora!

O Orador: Vou só dar-lhe um exemplo, começando pela pessoa licenciada que exercia as funções de Delegada de Educação Física da Horta. Isso não foi saneamento?!

Deputado Fernando Menezes (PS): Isso foi repor a situação anterior!

O Orador: Ah! Foi repor a situação anterior!

(Risos da Câmara)

Chame-lhe o que quiser Sr. Deputado, mas olhe que não sei quem é que tem "telhados de vidro".

Deputado Fernando Menezes (PS): O Sr. sabe isso!

O Orador: Sr. Secretário Regional:

V. Exa. diz-me que esta é uma situação transitória. Pergunto-lhe: por quanto tempo? Para quando a orgânica do Parque Desportivo que os Srs., aquando da visita do Governo à Ilha do Faial, há um ano, tinham no seu comunicado que a sua publicação seria em breve?

Passados 7 ou 8 meses, eu fiz um requerimento e o Sr. Secretário respondeu-me dizendo que a orgânica só surgia depois do parque desportivo estar em andamento.

Pergunto: quando é que se vai iniciar a construção do parque desportivo?

Se a orgânica só vai ser feita depois de se iniciarem as obras e depois de estar em funcionamento o parque desportivo, isto só vai ser para o próximo século e não para este.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Já não falta muito!

O Orador: Portanto, gostaria que me dissesse durante quanto tempo é que vai existir esta situação transitória?

Relativamente à acumulação, a situação é esta:

As funções de Delegado — chamem-lhe o que quiserem também — de Educação Física na Horta, na Ilha do Faial, vão passar a ser exercidas pela Delegada de Educação Física da Ilha Terceira.

Chamem-lhe acumulação, chamem-lhe o nome que quiserem, mas esta é a realidade "nua e crua".

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de um minuto.

O Orador: Dizem que é transitória, mas não é! Esta é que é a situação.

Deputado Fernando Menezes (*PS*): O Sr. esteve 3 anos sem isso aqui! Não se lembra?!

O Orador: Não é verdade Sr. Deputado, porque houve Delegada de Educação Física durante esse período a que o Sr. Deputado se refere.

Faça um exercício de memória e vai ficar a saber a verdade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Cruz:

Vejo que a intervenção televisiva que o Sr. Presidente do Governo Regional teve ontem causou-lhe algum nervosismo. Imaginem então só por ter falado numa hipotética moção de confiança que aliás, como sabe, é um direito que o Governo tem. Imagino a longa depressão que lhe terá causado o líder do seu partido ao falar em moção de censura, que já se vem arrastando desde Fevereiro, ou seja, durante meses, para acabar, depois desta "entrada de leão e saída de sendeiro", como se diz na nossa terra, a chutar para o lado, a bater em quem se acha que nesta situação será eventualmente mais fraco, dando um tiro no próprio pé e pondo em causa o próprio respeito que é devido a esta Assembleia Legislativa Regional.

O que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado Victor Cruz, é que a posição do Partido Socialista e do Governo, nesta matéria, foi sempre a mesma.

O Partido Socialista disse aos açorianos, antes da eleições que "todos preferem governar com maioria absoluta; nós aceitaremos, porém, responsabilmente, o veredicto dos açorianos".

O quadro traçado foi esse, foi claro e por isso aqui estamos, porque temos esse dever. É evidente também que temos o dever de cumprir o nosso Programa de Governo e se V. Exa. ouviu bem o Sr. Presidente do Governo, ele, fazendo um balanço do que tem sido o comportamento parlamentar — chamemos assim — desta Assembleia, ao longo destes dois anos, disse, de forma perfeitamente clara e inequívoca, que o trabalho desta Assembleia, até hoje, não pôs em causa o funcionamento do Governo nem o cumprimento do seu programa. Disse-o claramente.

O Partido Socialista e o Governo estão onde sempre estiveram!

O Partido Socialista e o Governo continuam fiéis àquilo que prometeram aos açorianos!

O Partido Socialista e o Governo estão aqui, porque foi essa a vontade dos açorianos! No entanto, temos que cumprir o essencial do programa que prometemos aos açorianos e vamos cumprir.

Se porventura isso se tornar de todo impossível, então aí temos o direito de dizer aos açorianos que isso é impossível, porque nós estamos aqui por vontade do povo dos Açores.

Nós estivemos 20 anos na oposição, não estamos agarrados ao poder e podemos perfeitamente viver na oposição se for essa a vontade dos açorianos.

Presidente: O Sr. Secretário tem mais um minuto.

O Orador: Nós não somos como aqueles que há poucos anos, nesta Câmara, falando contra um fantasma auto inventado de centralismo, vieram de óculos escuros e de gravatas pretas...

Deputado João Cunha (PSD): Não vai levar muito tempo!

O Orador: ... e que passados poucos anos, os mesmos que hoje estão nesta Câmara, relativamente a um representante daquilo que eles devem considerar que é o centralismo, foram de joelhos e de chapéu na mão pedir-lhe a cumplicidade com um golpezinho palaciano.

Nós não somos desses! Nós continuamos fiéis e coerentes!

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora esta intervenção entre um bocadinho fora da linha, eu sou um bocado forçado a isso.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Eugénio Leal — nós estamos aqui numa discussão cruzada — em relação ao parque desportivo, eu gostaria de dizer que não podemos confundir parque desportivo, estrutura física, com parque desportivo, estrutura institucional.

Aquilo que fizemos aquando da aprovação do diploma que estabeleceu a orgânica da Secretaria, foi dizer que as referências feitas em diploma ao Pavilhão da Horta passavam a referir um parque desportivo.

Por essa via, passou a existir um parque desportivo que agora vai ter uma orgânica e nós queremos tentar pôr a estrutura institucional no lugar por forma a acompanhar a construção do parque desportivo, estrutura física, ou seja, a institucional e a física terem um crescimento paralelo.

Nesta altura, está a ser elaborado o projecto e nós mantemos a nossa posição, isto é, fazê-lo tão depressa quanto seja possível.

É isso que vamos fazer e nos próximos tempos esta estrutura institucional nascerá para permitir que haja quem acompanhe o nascimento da outra. É isso que vai ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda bem que estamos nesta!

Cumplicidade de um golpe palaciano de joelhos?!

Fomos perguntar as regras de jogo.

Se a resposta foi a que foi, se há cumplicidade, não é certamente com o Partido Social Democrata e com o Partido Popular.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A cumplicidade será, quanto muito, daqueles que não desmentindo notícias, disseram tudo antes do Sr. Ministro dizer.

Se há cumplicidade não é certamente do "estado laranja", é porventura do "estado rosa"!

Se há cumplicidade é com os senhores e nós não fomos pedi-la!

Fomos saber as regras do jogo e sabendo essas regras são os senhores agora vítimas das mesmas, porque ficou esclarecido em que condições é que se dissolvia a Assembleia.

O Sr. Presidente do Governo já está a ameaçar, no futuro, com moções de confiança.

Que as faça!

Quer saber a nossa posição?!

É fácil: votamos contra!

Cai o Governo!

Estamos à espera disso. O povo açoriano está suspenso desta tal moção de confiança!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não, é de censura!

O Orador: O que o Governo quer, nós já percebemos, ou seja, ser herói aqui e vítima lá fora.

É um governo de contradições, um governo "amarrado" à sua máquina enorme de propaganda política, um governo que tem a cumplicidade televisiva para depois do Parlamento falar bem à vontade aos açorianos com cara de meigo, quando aqui é arrogante, com cara de vítima, quando aqui é o agressor.

É este Governo de contradições que agora inaugurou um novo capítulo.

Não há moção de censura. No entanto, o povo não sabe é se há moção de confiança.

Portanto, é o Governo que tem que se despachar, que tem que decidir, porque nós estamos aqui cumprindo o nosso dever, fazendo diplomas bons para o povo dos Açores e o Governo quanto muito, se não cumpre, é porque não sabe, porque se cumprir o que o Parlamento disser, até fica bem no "retrato".

Esta é que é a realidade política actual. É o Governo agora o responsável pelo novo capítulo de instabilidade, de insegurança e não transmite aos parceiros sociais e ao povo o que é que vai acontecer.

Afinal de contas, os senhores são vítimas da cumplicidade, não somos nós!

Vão então agora fazer essa atitude corajosa de apresentar uma moção de censura?! — interrogação que fica no ar.

Vamos a isso. Que não levem muito tempo, porque eu faço minhas as palavras do Sr. Presidente do Governo que, ao longo de todo este tempo, disse com ar de vítima aos açorianos: "A oposição é que tem que decidir!

Há tanto tempo que fala em moções de censura e não as apresenta?!

É preciso que tudo fique clarificado e eu tenho pressa em clarificar tudo".

No dia em que tudo se clarificar aparece uma nova dúvida. O Governo não sabe se tem condições para governar.

Vai ter!

Vai aguentar com a "cruz" até ao fim do "Calvário" respeitando o Parlamento que tem todo o direito de fazer aqui o que muito bem entende, que não é como o Sr. Presidente do Governo que, em reuniões de militantes, pergunta a um simpatizante socialista:

"Quem são os deputados do PS?"

Responde o simpatizante: "Agora não sei ... (quantos)!"

Pergunta novamente: "Quem é o Presidente do Governo?"

E ele responde: "É Carlos César!"

Está tudo dito. Que vergonha para o Grupo Parlamentar do PS!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Cruz:

Em primeiro lugar, queria manifestar, em nome do Governo, a minha profunda satisfação por aquilo que me pareceu ser uma promessa de colaboração institucional da parte do seu grupo parlamentar.

Efectivamente, todos temos obrigações com o povo açoriano. Todos somos pagos por ele e não esperaria, sinceramente, outra coisa de si e do seu grupo parlamentar senão trabalhar para os açorianos, porque foi para isso que foram eleitos e é para isso que estão sendo pagos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: Assim sendo, estamos todos de acordo.

Como eu ainda ontem dizia, e termino já, o Governo vai continuar a sentir-se neste Parlamento como Deus entre os anjos!

Vozes da bancada do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não reconheço a qualidade de anjo e muito menos que o Governo tenha a qualidade de Deus.

A minha promessa é sempre a mesma e isso é o que nós estamos a fazer há dois anos, sendo certo que os senhores disseram muitas vezes o contrário.

Não é verdade — e esqueci-me de dizer há pouco — que o Governo diz sempre a mesma coisa.

O Governo já disse que até governava sem orçamento. Este Governo já disse que governava sem orçamento...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Em termos legais isso não pode ser!

O Orador: ... e por causa de dois ou três diplomas, já está a assustar a opinião publica de que se calhar não tem condições para governar. Essa é que é a contradição. Esse Governo, connosco aqui, sempre os mesmos e na mesma linha, já nos chamou de partido marginal, mas também já disse que era importante o diálogo. Esse Governo é que não sabe o que é que quer em relação à sua estratégia parlamentar.

Esse Governo é que tinha a obrigação de assegurar, através do diálogo, apoio parlamentar e não o tem por sua culpa, não é por culpa de mais ninguém.

Os resultados eleitorais que os senhores enchem a boca, disseram não só quem é que ia começar por governar nesta Região e quem é que está governando. Disseram que este Governo não tinha maioria absoluta e o povo o que quis dizer é que este Governo tinha que governar pelo diálogo, porque não tem essa maioria.

No princípio o Governo virou as costas ao Partido Social Democrata. Era um partido marginal.

Não temos qualquer culpa do estado político e parlamentar deste Governo. Esta é que é a pura da verdade.

É um governo incapaz de dialogar quando o povo disse que governasse, mas que governasse em diálogo.

Acontece que não sabe dialogar e não tem apoio parlamentar.

No entanto, não vai fazer com que o PSD não tome as iniciativas legislativas que bem entender, que não tome as posições que bem entender, até porque elas são boas para o povo, têm sido justificadas e, convenhamos, são equilibradas e introduzem certamente, nalguns aspectos, perspectivas diferentes. Sem dúvida que introduzem, mas não é por isso que o Governo deixará de governar e até que deixe de governar bem.

Portanto, os senhores é que têm que decidir o que é que querem, porque nós estamos sempre no mesmo sítio, trabalhando, justificando as nossas propostas, apresentando as nossas propostas.

Os senhores é que não souberam ter apoio parlamentar neste Parlamento e agora vão certamente ter que aceitar as nossas propostas e, mais do que isso, podem contar com a firmeza — e aqui estaremos sempre muito firmes - do Grupo Parlamentar do PSD para combater a campanha de descredibilização do Parlamento que este Governo está a fazer.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Se quiserem continuar a debater este assunto não faltam mais citações, mais jornais para citar e mais casos para avançar, para sabermos se é ou não verdade que o Governo do Partido Socialista está apostando em descredibilizar o Parlamento

dos Açores. Isso nós não deixamos e temos mecanismos bem eficazes para combater tudo isso. Provas não faltam.

Esta campanha indecente de descredibilização do Parlamento, que até já fez com que o Sr. Presidente do Governo não respeitasse os Deputados de São Miguel do Partido Socialista, não vai passar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que estamos a falar disso como referiu o Sr. Deputado Victor Cruz, e eu quero começar por dizer que, deste lado, da parte do Grupo Parlamentar do PS, jamais haverá descredibilização deste Parlamento. Digo-lhe isto com toda a certeza.

Nós estivemos durante 20 anos na oposição e nunca descredibilizámos o Parlamento. Eu até me atreveria a dizer que quem anda neste momento a descredibilizar o Parlamento é, provavelmente, o Grupo Parlamentar do PSD com estas iniciativas que agora está a tomar.

Deputado Victor Cruz (PSD): Quais são essas iniciativas?!

O Orador: Já lá vamos, Sr. Deputado.

Relativamente àquilo que começou por dizer, ou seja, que queriam conhecer as regras do jogo, por isso foram ao Ministro da República, digo-lhe, Sr. Deputado, que o que os senhores queriam saber era o resultado do jogo antes de o jogar.

Deputado Victor Cruz (PSD): Olha quem fala!

O Orador: Os Srs. queriam saber o resultado final, mas primeiro joga-se e depois é que se sabe o resultado. Isso é o que os senhores queriam saber, mas isso não deu resultado.

Deputado João Cunha (PSD): Nós já sabíamos que o árbitro ia ter influência no resultado!

O Orador: De resto, Sr. Deputado Victor Cruz, com todo o respeito, quem anda desde Fevereiro com moções de censura para cima, moções de censura para baixo, a alimentar esta telenovela indeterminável que já farta, e farta sobretudo o povo, é exactamente o seu líder que até já diz que em Fevereiro não queria dizer moção de censura, mas sim moção de confiança. Um mero lapso, também!

Deputado João Cunha (PSD): É como os funcionários do gabinete de reconstrução!

O Orador: As coisas mudam consoante as situações e obrigam a estas "cambalhotas políticas" que estão à vista de todos. Ficamos apenas, depois da montanha, por um rato, ou seja, depois de tanto derrube, de tanta moção de censura, ficamos pelo mais fácil, isto é, uma moção de censura ao Presidente da Assembleia Regional que foi eleito por todos há dois anos.

Deputado Victor Cruz (PSD): É aí que quer chegar?!

O Orador: É aí.

Depois de tanta coisa, ficamos por isso!

Presidente: O Sr. Deputado tem um minuto.

O Orador: Isso, Sr. Deputado, é que é, como o senhor disse e usando as suas palavras, uma vergonha para o Grupo Parlamentar do PSD.

Ter chegado a esse ponto, ter sido — digamos — quase obrigado a chegar a esse ponto devido a estratégias de ganância de poder, de facto, pelo respeito que tenho por Vs. Exas. não esperava que acontecesse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Cruz:

É efectivamente difícil tentar, numa intervenção esforçada, branquear nove meses de asneiras do seu partido. Eu sei que é difícil! V. Exa. está tentando, mas é muito difícil. Pior ainda é tentar, com um simples passo de mágica, atirar a bola ao adversário ou virar o jogo ao contrário.

Deputado Victor Cruz (PSD): Essa já está!

O Orador: Sr. Deputado, ontem, por manifesta falta de tempo, como sabe, não tive oportunidade de lhe responder quando disse que foi preciso o PSD estar na oposição para, pela primeira vez, um presidente deste Parlamento ser eleito por unanimidade.

Tenho a certeza que mais logo vai dizer que foi preciso o PSD, conjuntamente com o PP, fazer esta reforma fiscal para os Açores terem finalmente uma adaptação fiscal.

Deputado Victor Cruz (PSD): Nós não temos nenhuma máquina para revelar propaganda política!

O Orador: Aliás, Sr. Deputado, o PSD — e os açorianos começam a compreender isso — é um excelente partido na oposição e o PS é um excelente partido no governo. Todos os açorianos já perceberam isto. Portanto, está tudo certo, está cada um no seu lugar.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado pelo elogio, Sr. Secretário, porque o senhor acabou de dizer que o PSD é melhor partido na oposição do que o PS foi durante 20 anos!

Vozes da bancada do PS: Não, não!

O Orador: E é por isso, por ser melhor na oposição do que o PS foi durante 20 anos, que nós vamos ficar cá muito menos tempo do que os senhores cá estiveram.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E os senhores vão estar aí muito menos tempo do que nós estivemos. Esta é que é a diferença.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Deputado Fernando Menezes, é muito difícil ouvir o Sr. Presidente do Governo desconsiderar o Parlamento e até os deputados do Partido Socialista de São Miguel. Custa muito!

Custa tanto, que o Sr. Deputado distraidamente, certamente, vem falar logo nas regras do jogo que nós fomos perguntar ao Sr. Ministro da República.

A sua declaração formal neste Parlamento dizendo que o que nós queríamos todos era que as eleições antecipadas fossem feitas depois da aprovação de duas moções de censura — o Sr. é que falou nisso, não fui eu —...

Deputado Fernando Menezes (PS): Fomos todos!

O Orador: ... duas moções de confiança, dois derrubes do programa do Governo, afinal de contas era mesmo preciso ir junto do Ministro da República, porque ele disse o contrário do que o senhor disse, o contrário do que o senhor pensava, o contrário do que o senhor quis. Ele disse o contrário do que todos nós quisemos nesta Casa!

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Para falar nisso, era melhor que o senhor se demitisse, porque de facto, foi contrariado pelo "estado rosa", pela cumplicidade de todo o seu partido que o deixou na praça com essa declaração. Esta é que é a pura da verdade.

Nós fizemos muito bem em termos ido ao Sr. Ministro da República, porque ele disse o contrário do que o senhor disse e o seu partido não gostou nada daquilo que o senhor disse aqui, porque não deu jeito ao Partido Socialista.

Como vê, fizemos muito bem em perguntar ao Ministro da República as regras do jogo, a não ser que os Açores sejam o único sítio do mundo em que não se sabe em que condições é que se realizam eleições antecipadas.

Isto não é querer saber do jogo para saber se o senhor joga ou não. Isto é querer saber o mínimo num sistema democrático, num sistema de governo parlamentar e num estado de direito!

Nós vivíamos, até há bem pouco tempo, a originalidade de ninguém saber em que condições é que há eleições antecipadas. Agora já sabemos, mas não sabemos aquilo que o senhor queria.

Presidente: O Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: Portanto, devia ter sido o último a levantar-se para falar neste assunto.

Quanto ao resto, eu não estou branqueando, eu estou à vontade. Eu é que suscitei este debate e estou interessado que ele demore e que continue, porque a verdade é que os

senhores ontem introduziram um novo facto e eu sou sincero, já disse as regras do jogo do PSD.

Porém, já descobri que o PS e o seu Governo querem ter desculpas até ao ano 2000; querem fazer-se vítimas quando não têm razões para isso; querem enganar os açorianos a dizer que não fazem isto e aquilo, que não conseguem dar resposta por causa do Governo, por causa da oposição no Parlamento e isso é mentira!

Isso não pode passar e não vai passar, nem que depois nós façamos resoluções nesta Casa para que a Presidência da Assembleia faça publicidade paga, comunicados a lhes dizer a campanha de descredibilização do Parlamento que está encetada e cujo o principal mentor é o Presidente do Governo!

As regras do jogo são novas e nós estamos aqui para o combate com as regras do jogo. Essa é que é a verdade e não falem nas questões do Sr. Presidente da Assembleia, porque as razões para a nossa moção de censura ao Presidente da Assembleia são mais nobres do que as razões da vossa moção de censura ao Presidente da Assembleia, Reis Leite.

As razões porventura de todas as nossas moções de censura, são exactamente equivalentes às vossas e nós estamos aqui com o jogo claro.

Querem mais citações?

Querem mais exemplos?

Querem mais debate?

Vamos a isso!

Eu, afinal, que era quem estava a branquear não sei há quantos meses, estou aqui para ser sincero. Aliás, estou-me consolando a conversar convosco!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu também estou-me consolando com este debate.

Sr. Deputado:

Eu, primeiro, ganhei uma notoriedade enorme — agradeço ao seu líder parlamentar e agora ao Sr. Deputado — com essa história da moção de censura e da minha interpretação. O que eu fiz na altura, digo-o aqui, já o disse naquele momento e está registado, portanto não há qualquer problema.

Deputado Victor Cruz (PSD): O senhor é muito sincero! Tem razão!

O Orador: Devo apenas recordar, Sr. Deputado, que, como sabe, aquela norma não foi feita neste Parlamento, a nossa era diferente. Foi feita em Lisboa. Portanto, é da responsabilidade da Assembleia da República e essa interpretação é dada por eminentes juristas.

Naturalmente que eu não tenho qualquer pretensão em ser constitucionalista como é o Prof. Jorge Miranda e o Dr. José Magalhães.

Portanto, a minha interpretação era uma e a deles era outra. A lei foi feita na Assembleia da República e não foi feita aqui. Eu repito aquilo que disse. A minha interpretação foi essa, portanto, não há problema nenhum.

Já agora que falamos em problemas, devo dizer, Sr. Deputado, que realmente no interior do meu partido não tive qualquer problema com essa interpretação jurídica, porque no meu partido não acontece aquilo que por vezes acontece no seu, ou seja, — recordo-me — um deputado do seu partido foi um pouco mais zeloso e o senhor zurziu publicamente na rádio.

Deputado Victor Cruz (PSD): Já vamos falar nisso!

O Orador: No meu partido, Sr. Deputado, isso não acontece. Ninguém me zurziu com coisíssima nenhuma e eu estou perfeitamente tranquilo com a minha interpretação daquela norma do Estatuto.

Também queria dizer-lhe mais uma coisa relativamente à sua intervenção feita há pouco.

O Sr. Deputado falou, e bem, que iria apresentar muitos diplomas e bons diplomas para a governação.

Pelo exemplo que temos tido até aqui, os vossos bons diplomas são diplomas que se limitam quase a multiplicar aquilo que o Governo faz, por dois ou por três. De resto

deve fazer parte da vossa estratégia. Quando nós dizemos 10 os senhores dizem 20, quando nós dizemos 15 os senhores dizem 30.

Se isso são bons diplomas, Sr. Deputado, não vamos muito longe.

Era isto que eu tinha para dizer sobre esta matéria sem qualquer problema em relação a interpretações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar está muito contente porque ficou conhecido, porque cometeu, afinal de contas, um erro para o seu partido.

Isto é assim: ou somos conhecidos por coisas boas, ou somos conhecidos por coisas más!

Se o senhor está contente com a sua, pois bem. Eu por acaso concordo consigo. Porém, o seu partido é que o deixou isolado.

Quanto ao resto, o senhor se quer agachar-se, reduzir-se, ser humilde, nesta linha da nova autonomia, porque as grandes interpretações jurídicas são dos juristas da Assembleia da República, se isso é uma parte da linha da nova autonomia, eu já não sou assim.

Eu acho que nós somos tão inteligentes como os Deputados da Assembleia da República, temos tanta capacidade jurídica como os Deputados da Assembleia da República, temos tanta competência, tanto trabalho, tanta dedicação, temos capacidade para desenvolver os Açores e não é porque um Deputado da Assembleia da República diz que a sua interpretação é diferente, que o senhor fica muito contente por ter ficado conhecido em virtude de um erro e fica logo convencido.

Eu não fico. Esta não é a minha versão do relacionamento político. Eu não me agacho só porque alguém da Assembleia da República diz que a interpretação é diferente.

O senhor fez uma interpretação que foi contrariada, o senhor queria acusar o PSD de ter ido ao Ministro da República para saber as regras do jogo. Afinal, o Ministro disse o contrário do que o senhor disse.

Como vê, nós fomos muito bem ao Ministro da República.

Porém, o Sr. Ministro disse o mesmo que os Deputados do Partido Socialista disseram na Assembleia da República, na linha do que disse o Primeiro Ministro sobre a

situação política nos Açores e na linha do que apareceu nos jornais, nomeadamente no "Expresso" do que o Presidente da República tinha dito.

De facto, o estado rosa está mesmo a estudar direito. Direito por um manual que se intitula: "Como defender o Partido Socialista".

Esta é que foi a situação política e a leitura jurídica da crise. Mas ironia do destino, são agora vítimas da leitura jurídica e voltemos ao mesmo, isto é, apresentem a moção de censura.

Agora, já sabemos as regras do jogo!

O povo vai saber que a crise agora é rosa!

Que os senhores é que colocaram uma nova página na crise política açoriana!

Que o PSD já disse o que tinha para fazer e os senhores agora não são vítimas, vão ter que se decidir!

Presidente: O Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: Eu estou à espera, compreendo a incompreensão do povo, e estamos todos à espera de saber se o Sr. Presidente do Governo (coitado!) pode ou não governar os Açores!

Por nós, pode, mas ele parece que, para desculpar-se, quer dizer ao seu povo, com uma cara triste, que se calhar não tem condições para continuar.

É mentira!

Tem e não procure desculpas. Governe que o Parlamento cá está para fazer o que bem entender dentro da sua própria estratégia.

Esta é a verdade da actualidade política açoriana.

Custa-vos?!

Muito bem, resolvam tudo de outra maneira, porque com um bocadinho de humildade não era preciso ter feito o discurso de ontem.

O que vos falta é humildade!

O que não vos falta é arrogância!

Mas vão ser os senhores as vítimas da sua própria conduta política.

Por nós, está tudo clarificado.

Quanto à questão que quis lembrar de questões internas do Grupo Parlamentar do PSD, a gente entende-se muito bem aqui dentro e eu gosto muito de esclarecer tudo o quanto se passa neste Grupo Parlamentar.

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Eu vou fazer sempre assim e o senhor preocupe-se com o seu, porque ele está muito mau e é agredido pelo Sr. Presidente do Governo e pelo Senhor Presidente do partido.

Os senhores preocupam-se muito com a moção de censura ao Presidente e não se preocupam nada com a campanha de descredibilização do Parlamento.

Nós preocupamo-nos com as duas coisas!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

O Governo dispõe apenas de dois minutos e meio.

Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Cruz:

V. Exa. falou aí no "estado rosa". Eu presumo que se quer referir ao facto do Sr. Presidente da República ter sido militante do PS. Quer referir-se ao facto do Governo da República ter por base o Partido Socialista.

Sr. Deputado:

V. Exa. parece que se esqueceu que tudo isso aconteceu democraticamente e por vontade do povo.

Vozes da bancada do PSD: Claro!

O Orador: Vs. Exas. só descobriram que temos um "estado rosa" quando foram ao Sr. Ministro da República.

Andam tão distraídos que nem perceberam que perderam as eleições, aliás, várias eleições.

Deputado António Meneses (PSD): Isso são posições institucionais isentas!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que já estou no limite do tempo. Portanto, esta será a minha última intervenção, creio eu.

O Sr. Deputado Victor Cruz está, efectivamente, perturbado, porque quando quer dizer moção confiança, está sempre a dizer moção de censura. Nós só podemos apresentar uma moção de confiança.

Deputado Victor Cruz (PSD): O senhor não pode apresentar uma moção de confiança!

O Orador: Nós não vamos apresentar uma moção de censura contra o nosso Governo. Portanto, é uma moção de confiança.

Quero dizer, como já foi aqui repetido, Sr. Deputado Victor Cruz, que o Governo está aqui, porque foi eleito, para cumprir o seu programa e vai ficar e sem sacrifícios. Se ficar, ainda bem!

Vozes da bancada do PSD: O Governo não foi eleito!

O Orador: Esse é agora outro trocadilho que os senhores andam a tentar fazer, ou seja, um discurso incrível: o Governo não foi eleito!

Pois não! Essa rapaziada apareceu aí caída do céu!

Srs. Deputados:

A democracia tem regras!

O povo elege deputados e é dessa legitimidade que sai o Governo. Isso está mais que esclarecido.

O Governo tem legitimidade, apresentou o seu programa e ele foi aprovado por esta Casa. Foi legitimado.

Deputado António Meneses (PSD): Está certo! Não foi eleito!

O Orador: É evidente. As pessoas podem estar a ouvir e isto tem que ficar claro.

O Governo tem um limite e o limite é esse, ou seja, foi eleito com base no programa.

No momento em que os senhores quiserem governar e alterar esse compromisso que o Partido Socialista tem com quem o elegeu, nesse momento não é possível governar, porque nós já estamos a desvirtuar a vontade do eleitorado. Esse é o limite.

Se os senhores, como aliás já foi anunciado, vão governar através da Assembleia ou a partir dela, tem que haver limites para isso. Isto é muito claro para nós.

V. Exa. falou em humildade e em arrogância.

Sr. Deputado Victor Cruz:

Quem está contra o Presidente da República, contra o Primeiro-Ministro, contra o Presidente da Assembleia, contra o Governo, contra ao Ministro da República e quem afirma "vão ver quem é a força do poder na Assembleia Regional", se isto não é arrogância, Sr. Deputado, o que é a arrogância?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto ao "estado rosa" — um breve aparte — os senhores é que inventaram a terminologia de "estado laranja" e também a de que tinha sido tudo eleito.

No entanto, continua a haver uma grande diferença entre o passado do PSD e o do PS, ou seja, o PSD já conseguiu algumas maiorias absolutas, os senhores não há maneira e não vão no bom caminho, porque não sabem dialogar nem sabem procurar consensos.

Quanto à questão da arrogância, gostaria de lhe dizer que posições políticas não têm nada a ver com arrogância, senão éramos todos arrogantes.

Nós, se discordamos seja de quem for, temos a liberdade de manifestar a nossa opinião.

Agora, enganar o povo armando-se aqui dentro em herói e lá fora de vítimas...

Este Governo está com uma máquina de propaganda política como nunca se viu a dizer todos os dias ao povo dos Açores que nós o estamos a obstruir.

Ontem, o Sr. Presidente do Governo preparava-se outra vez para se fazer de vítima e "daqui não saio". A página nova é esta: está tudo decidido, o Governo introduziu um elemento novo.

É o Governo que continua a telenovela, para utilizar as suas palavras. Resta saber se os actores agora são secundários ou não e se têm qualidade ou não, mas o povo dos Açores já percebeu. Tudo mudou. É o Governo e o Partido Socialista que têm agora que se decidir.

Quanto a parlamentarismos vou acabar com uma citação de alguém que fala muito bem:

"O discurso do Sr. Presidente do Governo Regional demonstra um curioso exótico sentimento do que é a democracia parlamentar e a democracia representativa.

O Sr. Presidente do Governo quis desvalorizar a função da oposição dos instrumentos que esta tem ao seu alcance transformando a nossa democracia na Região numa espécie de democracia popular ou numa espécie de ditadura interpolada de 4 em 4 anos com manifestações de folclore democrático.

Não é este o nosso entendimento de democracia.

Falo bem, não falo?" - citei o Deputado Carlos César.

Serve como uma luva para Vs. Exas..

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal para...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Educação, voltando ao início quando referiu que a orgânica do parque desportivo da Horta seria, em breve, implementada.

Presidente: Tem a palavra.

O Orador: Tal como referi — e esta é a razão da minha solicitação — eu tinha uma resposta a um requerimento meu, ao qual o Sr. Secretário respondeu. Dizia o Sr. Secretário na altura:

"A orgânica do parque desportivo do Faial só será elaborada, como é óbvio, com a entrada em funcionamento do complexo desportivo do Faial".

Esta resposta foi dada no dia 5 de Maio.

Pelos seus esclarecimentos feitos há pouco, percebi que afinal já não vai ser assim, que vai ser antecipada. Folgo com essa situação e, na minha opinião, essa é que é a situação correcta por forma a que possa acompanhar todo o processo de elaboração do projecto e construção de obras.

Quero dizer que estou de acordo com essa metodologia, mas que não foi essa que há 5 meses atrás me respondeu.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais. Tem dois minutos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer que a estrutura do complexo desportivo, não vai incluir apenas o que vai ser construído. O pavilhão que já existe também o integra e outras estruturas o integrarão.

Isto vem tudo na mesma sequência e eu estou perfeitamente de acordo consigo. Portanto, creio que o assunto está esclarecido.

Muito obrigado.

Presidente: Finalmente vamos sair deste labirinto.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A partir do próximo Sábado, dia 28 de Novembro, a SATA vai passar a voar regularmente para a Ilha das Flores todos os dias da semana, à excepção do Domingo. Ao passar a servir a Ilha das Flores com um voo ao Sábado, ao longo de todo o ano, a transportadora aérea regional vem dar finalmente resposta positiva a uma velha aspiração dos florentinos, bastas vezes reivindicada pela população e seus representantes políticos, nomeadamente aqui nesta Assembleia.

Não tivessem surgido algumas tentativas de aproveitamento indevido e até de mistificação junto da opinião pública e, quanto a este assunto, ficar-nos-íamos pela manifestação de regozijo, congratulando o VII Governo Regional pelas importantes e justas decisões tomadas, quer quanto ao voo do Sábado para as Flores, quer quanto ao terceiro voo semanal para a Ilha do Corvo.

Porque infelizmente aquelas tentativas aconteceram e porque consideramos que o rigor e a verdade são valores inestimáveis, julgamos ser relevante e necessário

reconstituir, ainda que de forma sucinta, os vários capítulos desta velha história, por forma a desfazer quaisquer equívocos e "**dar a César o que é de César**".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como atrás referimos, mau grado os florentinos de há muito reclamassem ligações aéreas ao Sábado para a sua ilha, até 1996 nunca os sucessivos governos mostraram qualquer disponibilidade para satisfazer essa pretensão, argumentando ou com os custos ou com a reduzida população das Flores e utilizando mesmo a mentira, ao alegar que os voos ao Sábado não eram possíveis, porque a ANA-EP se recusava a abrir o Aeroporto das Flores no fim-de-semana.

Só no Verão de 1996, estávamos então em período pré-eleitoral, foi a Ilha das Flores contemplada, pela primeira vez, com voos ao Sábado e apenas durante cerca de mês e meio.

O equipamento utilizado, o avião Dornier, revelou-se uma má solução, pois que para além da reduzida capacidade para transporte de passageiros, na maioria das viagens esses mesmos passageiros, sobretudo emigrantes, não puderam viajar com as suas bagagens e muitas vezes só as receberam ao fim de quatro ou cinco dias.

Já então o PS/Açores inscrevia no texto do "Acordo para a Nova Autonomia" a necessidade da SATA orientar a sua prestação de serviço público como **potenciadora do desenvolvimento regional**, uma medida de política que ficou traduzida no Programa do Governo e cujo desenvolvimento contempla a necessidade de ser aumentada **a frequência das ligações ao Grupo Ocidental**.

Coerentemente, também o Programa Eleitoral dos Candidatos do PS pelo Círculo Eleitoral da Ilha das Flores incluía o compromisso de pugnar pela concretização, entre outras medidas de carácter prioritário, da **abertura do Aeroporto das Flores aos fins-de-semana**.

Por tudo isto se compreende que, logo após a vitória eleitoral do PS, também nesta área, tenha sido possível fazer mais e fazer melhor.

Porque o clima então reinante entre os partidos aqui representados era de entendimento e prevalecia um espírito construtivo, tornou-se fácil reunir todos os Deputados das Flores e do Corvo com o Secretário da Economia e a Administração

da SATA, tendo desse encontro resultado assinaláveis benefícios para aquelas duas ilhas.

Com efeito, para além de terem sido reforçados os voos nos restantes dias, foi ainda possível antecipar o início da operação ao Sábado para o mês de Junho e também substituir o Dornier pelo ATP, resolvendo assim o problema do transporte de passageiros e bagagens o que permitiu que o voo do Sábado fosse um sucesso no Verão de 1997 tal como voltou a ser um êxito no Verão deste ano.

Entretanto, e embora pudesse já apresentar um aumento nas ligações que comprovava o cumprimento, quer dos compromissos eleitorais quer do seu Programa, o VII Governo Regional entendeu, e bem, ser necessário aprofundar a questão dos transportes aéreos regionais e nomeadamente no respeitante às ligações ao Grupo Ocidental.

Para alcançar tal desiderato o Presidente do Governo propôs, nesta Casa, em Abril último, que o Governo, a Administração da SATA, esta Assembleia, nos sentássemos à mesa com o objectivo de se definir o conceito de serviço público em matéria de planeamento de operações e ser também possível compreender, na sequência dessa definição e de acordo com as disponibilidades orçamentais da Região, o que é que deve ser prestado à SATA, em termos compensatórios, para que esse serviço público seja realizável em termos consensuais, **de modo a servir todos os açorianos.**

O convite para todos os partidos partilharem com o Governo esta reflexão mereceu o melhor acolhimento quer da parte do PS, quer da parte do PCP e do CDS/PP, enquanto que o PSD, através do Deputado José Manuel Nunes afirmava e passamos a citar: "**de estarmos sentados e de mesas redondas, já estamos todos fartos (...) portanto, não há necessidade de nos sentarmos mais uma vez à mesa**" - fim de citação.

E verdade que esse encontro de reflexão não chegou a acontecer, mas nem por isso o Governo Regional se demitiu das suas responsabilidades. Continuou a trabalhar na matéria, fez os estudos necessários, acolheu diversos contributos, entendeu justificar-se o aumento as ligações para o Grupo Ocidental, decidiu fazê-lo e dessa decisão o Presidente do Governo nos deu conta, a mim e ao Deputado Paulo Valadão,

em 23 de Setembro. E decerto só a nós dois, porque nessa altura já o PSD e o PP se haviam declarado indisponíveis para dialogar com o Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No cumprimento daquela decisão governamental, o terceiro voo para o Corvo, a realizar à Sexta-feira, foi imediatamente programado — já estava no computador no dia 2 de Outubro — e iniciou-se logo após a entrada em vigor do horário de Inverno, a 25 de Outubro.

A programação do voo do Sábado para as Flores ficou dependente da prévia autorização da ANA-EP para a abertura do Aeroporto, que só foi formalmente concedida no dia 5 de Novembro. No dia seguinte já o voo estava no computador e a operação vai iniciar-se três semanas depois, em prazo que se nos afigura perfeitamente aceitável.

Somos testemunhas de que o Governo Regional tudo fez para acelerar o processo junto da ANA-EP, mas aquela empresa tem uma máquina pesada, que tem o seu ritmo próprio e, não fora a pressão colocada, provavelmente ainda hoje não teríamos nenhuma decisão.

Nada nos leva contudo a pensar que a ANA-EP tenha procurado criar quaisquer dificuldades à concretização desta medida. Muito pelo contrário, aquela empresa tem vindo a demonstrar um grande empenho em colaborar com a Administração Regional e a prová-lo estão os investimentos em curso no Aeroporto das Flores e os que se projectam para os próximos tempos. A construção das instalações dos bombeiros está em curso e brevemente vão iniciar-se os trabalhos de iluminação da pista de aterragem, a que se seguirão, a substituição da vedação, e a construção do rádio-farol e da nova torre de controlo, num investimento de várias centenas de milhar de contos. Estes são os factos Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e, como se costuma dizer, contra factos não há argumentos.

Sucedeu porém que o PP, ou por mera coincidência ou por ter tido conhecimento antecipado das decisões do Governo — porventura pela mesma via de outros documentos que aqui tem chegado pelas mãos de alguns senhores deputados da oposição — entendeu por bem apresentar uma resolução propondo a inclusão imediata, nos horários da SATA, da realização de um voo semanal para a Ilha das

Flores e o aumento para três das ligações semanais para a Ilha do Corvo. Em suma: aquilo que o Governo já havia decidido implementar.

É para nós evidente tratar-se de mais uma manobra inserida na estratégia que o PP vem seguindo de há tempos a esta parte.

Percebendo o descrédito em que cai o PSD, seu parceiro na "Associação Derrubadora", quando opta por negar a evidência, nomeadamente através do seu líder que, quando não está em Bruxelas ou de visita ao Ministro da República passa o tempo a repetir que o Governo não faz nada, o PP opta por aceitar que realmente o Governo governa, mas procura fazer crer que este só o faz, porque a tal é obrigado. O que é caso para se aplicar o aforismo de que **"presunção e água benta, cada um toma a que quer"**.

É, obviamente, nesta maquiavélica estratégia de se apropriar do trabalho alheio que se insere a febre resolutive do PP.

Foi assim com a famigerada proposta da redução fiscal que surgiu ainda antes da aprovação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, foi também assim com a proposta da redução imediata das tarifas da SATA em 50% e, por este andar, não nos espantará se dentro em pouco surgir uma resolução propondo a baixa do tarifário de energia eléctrica em Janeiro ou, quem sabe, a diminuição do preço da gasolina já no próximo fim-de-semana.

Porque no caso presente a estratégia não resultou, vencido mas não convencido e revelando mau perder, lá convocou o PP mais uma conferência de imprensa para acusar o Governo Regional de um atraso que, como aqui provei, até não existe, e para voltar a bater na estafada tecla de que o Governo não cumpre sem que a Assembleia o tenha de impôr.

É claro que o PP tem toda a legitimidade para definir as suas estratégias. Os dirigentes do PP podem dizer o que quiserem, mas não devem usar a mentira fácil como arma, sob pena do feitiço se virar contra o feiticeiro. É que, mesmo que desdenhe da necessidade da ética, exige-se para quem faz política, um mínimo de inteligência, sob pena de cair no ridículo.

E dizer que o Governo não queria implementar o voo para as Flores, que resistiu a fazê-lo ou que a tal foi obrigado pelo PP, para além de ser mentira é sobretudo ridículo — e conforme já alguém disse, em **política o ridículo mata**.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Compreendemos o incómodo de quem quer fazer passar a ideia de que o Governo não governa e se vê permanentemente confrontado com uma prática que contraria essa pretensão.

Entendemos o desespero de quem gostaria de derrubar este Governo precisamente porque ele está a governar bem.

Até percebemos o porquê de andarem a dizer nas Flores que o PS e o PCP estão contra os voos ao Sábado.

Tal como nós, o Povo também percebe e, com a sapiência que o caracteriza, decerto não deixará de a seu tempo dar a conveniente resposta a quem se mete por tais caminhos. Como aliás, já por mais que uma vez fez no passado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assim o permitam as condições atmosféricas, com o início dos voos regulares, o próximo Sábado ficará a constituir um marco histórico para a Ilha das Flores.

É uma vitória dos florentinos e é também uma vitória do PS e do seu Governo, que é de facto o melhor Governo de sempre nos Açores.

Termino por isso adaptando e adoptando por minhas as palavras finais do Presidente Carlos César na conferência de imprensa para apresentação das propostas relativas à reforma fiscal:

"ORGULHO-ME, MAIS UMA VEZ, DE APOIAR UM GOVERNO QUE CUMPRE A SUA PALAVRA!"

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Herberto:

O senhor citou aqui algumas palavras minhas, há algum tempo atrás, onde eu dizia que de mesas redondas nós estávamos fartos.

É verdade. Reuniões e mais reuniões sem efeito, não vale a pena e elas aconteceram e o senhor também lá estava.

Gostaria também de lhe dizer que antes do Sr. Deputado vir para esta Casa, eu já falava no Porto do Corvo e nos voos para aquela ilha.

Deputado Rui Pedro Ávila (PSD): Mas era com o outro Governo!

O Orador: Com o outro e já neste Governo.

Quero também lhe dizer que não fomos apenas nós os únicos a falar. Eu tenho aqui um ofício da Câmara da Corvo a pedir o voo diário para aquela ilha.

A resposta do Sr. Secretário, de 21/10/97, há um ano atrás, foi a seguinte:

"A integração do Dornier 228 na frota da SATA deveu-se fundamentalmente às condições altamente restritivas da operação na Ilha do Corvo.

A manutenção desta aeronave na operação quase só se justifica neste momento para atender a população do Corvo.

Tendo em conta todos os aspectos atrás mencionados e a pretensão de V. Exa., colocaremos à SATA Açores a hipótese de rever o programa para o próximo Verão, acrescentando uma terceira frequência para a Ilha do Corvo".

Portanto, que não fique aqui a ideia de que o Sr. Deputado Herberto Rosa resolveu o problema de uma vez por todas.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Nós estamos de acordo com a análise que fez a toda esta matéria, repondo a verdade e também nós nos congratulamos pela criação do voo ao Sábado e reconhecemos o esforço e a boa vontade do Governo Regional, na pessoa do Sr. Presidente do Governo, na resolução desta matéria.

Por outro lado, em nosso entender, as reuniões podem não ter tido os efeitos positivos que o Sr. Deputado José Manuel queria e na altura que ele queria, mas, na realidade, as reuniões tiveram efeitos positivos e o facto de nós termos hoje um voo ao Sábado, é consequência das várias reuniões que foram feitas ao longo de muitos anos. Esta é uma realidade positiva.

No entanto, Sr. Deputado, eu, como Deputado das Flores, penso que todos os Deputados daquela ilha e até mesmo o próprio Governo Regional, têm que estar vigilantes em relação a uma máquina administrativa de uma empresa pública que, essa sim, na nossa opinião, tem mostrado, ou mostrou no passado, pouca vontade em resolver o problema.

Se foi necessário o esforço e a boa vontade do Governo, essa empresa pública teve sempre em pouca consideração, na nossa opinião, o problema das ligações aéreas com a Ilha das Flores.

Por isso mesmo, nós, particularmente, já chamámos a atenção do Governo Regional e quero voltar a fazê-lo desta Assembleia, porque na nossa opinião, o voo ao Sábado tem que ser muito bem pensado e muito bem visto.

Nós entendemos que o voo ao Sábado tem que ser um voo como todos os outros que vão para as Flores, isto é, parte de Ponta Delgada para as Flores e passa pela Terceira e pela Horta, para que possa servir todos aqueles que desejam ir nesse dia para as Flores.

Neste momento e de acordo com o horário, o voo ao Sábado faz ligação entre Ponta Delgada/Horta/Flores, ao contrário dos voos das Segundas, Quartas e Sextas, que têm uma passagem pela Ilha Terceira.

Por isso mesmo, pensamos que nesta matéria a situação tem que ser bem vista, como tem que ser bem visto o voo da Segunda-feira, porque neste momento esse voo é misto e está a sair das Flores completamente cheio, conforme o Sr. Deputado e eu testemunhámos na passada Segunda-feira.

Por isso mesmo, com a criação do voo ao Sábado temos que saber se é possível continuar-se ou não com o voo misto à Segunda-feira.

Estamos convencidos que mantendo-se como se deve manter este voo ao Sábado e se houver a resposta que nós esperamos e estamos convencidos que a vamos ter, o voo

da Segunda-feira tem que ser um voo normal para que possa permitir a saída de todos os passageiros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não contava intervir em nome do meu Grupo Parlamentar, mas uma vez que o Sr. Deputado Herberto Rosa ignora as razões pelas quais estava inscrito no Programa do Governo o aumento de frequência da utilização de ligações aéreas para as ilhas do Grupo Ocidental e, pelo facto de ignorar essas situações, levou-o a proferir injustas afirmações, gostaria de esclarecer a Câmara do seguinte:

Quando o Partido Popular negociou com o Governo Regional e o Partido Socialista as condições para aprovar o Programa do VII Governo Regional que está em vigor, introduziu um conjunto de pontos, por sua iniciativa, nesse programa.

Um dos pontos, Sr. Deputado, que foi introduzido no programa que o senhor aprovou, mas que não constava da versão do Partido Socialista, foi exactamente o aumento da frequência de ligação aérea com as Ilhas do Grupo Ocidental.

Por conseguinte, o Partido Popular não quer, e volto a referir, que ninguém o veja colocar-se nos bicos dos pés ao querer assumir protagonismos que não lhe competem. É uma questão de rigor, de verdade e de justiça.

Este programa que por nós foi aprovado, passados quase dois anos, não tinha sido objecto de execução por parte do executivo regional, à semelhança de outros aspectos que também estão no Programa do Governo.

Presidente: O Sr. Deputado tem um minuto.

O Orador: O Partido Popular entendeu que era altura (fê-lo em consciência!) de pôr à consideração do plenário da Assembleia Legislativa Regional uma resolução, no sentido de recomendar objectivamente ao Governo o cumprimento daquela medida do programa do VII Governo Regional.

Foi isso que aconteceu. Foi isto que este plenário votou e os termos em que se passou aqui a discussão é do conhecimento de todos.

Portanto, nunca viu da nossa parte chamar ao Partido Popular métodos especiais nesta matéria.

A partir do momento que o Sr. Deputado comete a injustiça que aqui cometeu, obriga ao Partido Popular a pôr aqui os pontos nos "is".

Estamos muito satisfeitos por ver que há um esforço para cumprir este ponto do Programa do Governo e não nos arrependemos de ter feito este plenário votar essa Resolução.

Desde sempre, foi nossa preocupação, além de todos os aspectos que já foram aqui lembrados, que haja o tal voo ao Sábado para as Flores e o terceiro voo permanente durante o Inverno para a Ilha do Corvo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu sou pai de dois filhos e quando eles eram bebés e começavam a chorar eu metia-lhe a chuchinha na boca para ver se eles se calavam.

Foi assim que o Sr. Presidente Carlos César fez ao Sr. Deputado, ou seja, meteu-lhe a chucha na boca e o senhor ficou todo contente. Se calhar foi por essas razões que agora apoia fortemente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Numa resposta breve ao Sr. Deputado José Manuel Nunes, que não contesta as afirmações que eu reproduzi, gostaria de lhe dizer que há aqui realmente uma questão, ou seja, nós privilegiamos sempre, e em qualquer momento, o diálogo, porque achamos que da discussão nasce a luz e que o diálogo é sempre proveitoso.

Portanto, entendemos que é conversando, como diz o povo, que a gente se entende.

O senhor tem posturas e posições diferentes. Não o critico nem sequer faço juízos de valor

A nossa postura é dialogante.

Relativamente àquilo que afirmou o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, relativamente às injustas afirmações, digo-lhe que só em 1997, nesse Verão, o aumento das frequências para a Ilha das Flores foi de 50 relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Já em 97, houve um aumento significativo dos voos para as Flores e como eu digo na minha intervenção, só isso já poderia ter bastado ao Governo se o mesmo se quisesse limitar ao cumprimento mínimo daquela cláusula — agora está na moda a cláusula salvaguarda — que V. Exa. terá feito introduzir no Programa do Governo e que não ponho em causa. Poder-se-ia ter ficado por aí mesmo.

No entanto, também é verdade que antes do PP se ter lembrado dessa cláusula, o Partido Socialista, nesta Casa, por deputados que me antecederam na bancada do PS, já tinham lutado pelo voo ao fim-de-semana ao mesmo tempo que os Deputados de outros partidos.

Presidente: O Sr. Deputado tem ainda um minuto.

O Orador: Eu não chamei a mim nenhum protagonismo especial nesta matéria, chamei sim o protagonismo para o Governo Regional, porque se a conversa continua a ser a mesma da parte das bancadas desta Assembleia, a postura, da parte do Governo, é substancialmente diferente e é isso que deve ser relevado.

Os outros falavam e ninguém os ouvia. Nós falamos e o Governo ouve-nos...

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e, de acordo com as limitações e disponibilidades, procura ir dando, progressivamente, cumprimento àquilo que é o desejo e a necessidade do povo desta Região.

Deputado Luís Resendes (PS): *Muito bem!*

O Orador: Que o PP não se ponha em bicos de pés, benza-nos Deus, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro!

Numa conferência de imprensa um seu vice-presidente afirmou:

"Mais uma vez se demonstra que este Governo Regional não cumpre sem que a Assembleia o tenha de impor e mesmo quando cumpre é tardiamente em desrespeito pela vontade expressa pelo Parlamento." — citei.

Se isto não é pôr em bicos de pés, eu não sei exactamente então o que é.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado do PSD:

O senhor acaba de provar o modo como todo o seu partido é capaz de entender o diálogo entre os elementos desta Casa e aqueles senhores que ali estão sentados, que por acaso hoje são aqueles, mas amanhã poderão ser outros e no passado foram estes, concretamente aquele senhor que ali está.

Quando aquele senhor estava sentado onde está o Sr. Carlos César, eu também me dirigi a ele e solicitei, como fiz hoje aqui, para termos o voo ao Sábado.

Nessa altura, o Sr. Deputado Herberto Rosa já disse aqui o que é que se passou, ou seja, não se passou aquilo que nós desejávamos.

No entanto, Sr. Deputado, pode ter uma certeza: pode fazer as acusações que fizer, pode trazer à colacção todas as chuchas das suas criancinhas e de outros quaisquer, agora há uma coisa que o senhor e todos terão a certeza, é que aqueles que me puseram aqui podem confiar no trabalho do deputado do Partido Comunista Português junto do Governo, seja ele qual for, no sentido de resolver os problemas da Ilha das Flores e dos seus habitantes. Neste caso concretom demos o nosso contributo e a nossa quota parte com outros para que efectivamente o problema seja resolvido e é por isso que estamos a reconhecer que aquele Governo, neste momento, resolveu a situação.

É por isso que numa atitude de coerência, numa atitude de entreajuda, solicitamos àquele Governo que ali está para dar o seu contributo para que efectivamente esta medida acertada, importante e útil para as Flores, seja bem executada.

É nessa esperança, na certeza de que ela vai ser bem executada, que aqui estamos a tomar esta posição e que vamos continuar.

Use o senhor e todo o seu partido a linguagem que quiser. A nossa postura vai continuar aqui firme, do mesmo modo e com o respeito que deve merecer esta Casa, com o respeito que deve merecer aqueles que têm o dever de governar esta Região.

Da nossa parte o que desejamos é que quem governe esta Região, a governe o melhor possível e a governe de acordo com os interesses da população da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Pelo amor de Deus! Eu não estou pondo em causa a sua capacidade de trabalho. Nunca o faria!

Toda a gente reconhece o seu trabalho na Assembleia Regional.

No entanto, mais uma vez tenho que esclarecer aqui uma coisa, ou seja, o senhor, o Sr. Deputado Herberto Rosa e o Governo Regional, lembram-se daquela reunião que tivemos na Ilha das Flores, onde se ia tratar — o meu colega José Francisco também estava presente — das ligações para as Flores e para o Corvo. Fomos todos com muito entusiasmo. Acontece que a reunião não teve o impacto que nós queríamos.

Há bem pouco tempo atrás, o Sr. Deputado Paulo Valadão e o Sr. Deputado Herberto Rosa, apressadamente, reuniram com o Sr. Presidente do Governo para tentar resolver o problema das ligações para o Corvo e para as Flores.

Onde é que está aqui o diálogo que os senhores tanto falam?!

Pelo amor de Deus!... Francamente!...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Parecia-me que, com a minha intervenção, tinha deixado as coisas claras. Infelizmente o Sr. Deputado Herberto assim não entende e obriga-me a ter que relembrar alguns aspectos.

Nós não temos nada contra o facto do Sr. Deputado ter a confiança que tem no seu Governo. Está tudo certo. Só que para isso não precisa, nem deve, envolver aqui a situação do Partido Popular, porque nessa matéria, concretamente, o nosso partido teve uma posição determinante, porque quando incluimos no Programa do VII Governo esse princípio, em perfeito entendimento com o Governo e que foi aprovado por Vs. Exas. e por nós, o entendimento claro que ficou era o compromisso para que houvesse, em relação às Flores, o aumento de frequência, ou seja, o voo ao Sábado. Esse entendimento foi inequívoco — primeiro ponto.

Segundo ponto:

Passado dois anos, esta pequena acção do Programa do Governo — era de uma pequena acção que se tratava — não estava executada, acontecendo o mesmo em

relação à Ilha do Corvo, e nós fizemos aquilo que era de estrita obrigação, ou seja, zelar pela execução do Programa do Governo.

O Sr. Deputado pela Ilha das Flores, como florentino, não foi capaz de fazer com que o seu Governo, durante dois anos, executasse aquela medida e nós entendemos que a forma de o fazer aqui, era através de uma resolução que foi aprovada por esta Assembleia. Isto é claro como a água.

O senhor pode ter as reuniões que quiser com o seu Governo!

Todos os Srs. Deputados podem ter as reuniões que quiserem com o executivo!

Nós próprios, eu e o Deputado João Greves, estivemos presentes numa primeira reunião sobre esta matéria!

O Governo quando teve reuniões seguintes não incluiu o Sr. Deputado João Greves e está no seu pleno direito.

Presidente: O Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: Portanto, a Comissão Directiva do Partido Popular tomou, publicamente, em comunicado, uma posição de apoio à iniciativa do PP em apresentar uma resolução, neste Parlamento, para que o Governo cumprisse com o que era devido, assumindo assim uma posição e muito bem.

Para nós está tudo claro. O nosso objectivo é que cumpram com o compromisso assumido em relação ao aumento de frequência de voos para as Ilhas do Grupo Ocidental que envolve um voo ao fim-de-semana para as Flores, envolve durante o Inverno um terceiro voo, normal, para a Ilha do Corvo e outros aspectos que já foram aqui levantados por outros Srs. Deputados de outros partidos que importa ter presente, porque infelizmente a Ilha das Flores continua, apesar de ter um voo diário, mal servida, porque há um problema, ou seja, diariamente não tem acesso a todas as ilhas da Região.

Por conseguinte, os voos são alternados com a Horta e com a Terceira e isso também cria alguns problemas.

Seja como for, o princípio geral deve ficar aqui repostos e a verdade dos factos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Manuel Nunes referiu aqui a primeira reunião que tivemos nas Flores, que nós consideramos que teve alguns aspectos positivos, não foi até onde queríamos, mas foi um primeiro passo. Foram estas as palavras que utilizámos a seguir à reunião.

Porém, o que mais nos incomodou nessa reunião, foi ter que fazê-la na altura com o administrador que, noutras alturas, já tínhamos encontrado. Nós pensamos que a falha dessa reunião e, sobretudo, não termos chegado aonde queríamos, foi esse aspecto, ou seja, alguém que dois ou três anos atrás tinha tomado posições e que continuou teimosamente a tomá-las na reunião que se efectuou nas Flores. Esta é a verdade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores. Tem um minuto e meio.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para confirmar, em nome do Governo Regional, as razões que aqui foram expostas pelo Sr. Deputado eleito pelo Partido Socialista, pelo círculo das Flores, e também pelo Sr. Deputado Paulo Valadão eleito pelo Partido Comunista.

Na verdade, o Governo Regional, desde logo, executou o seu compromisso constante no Programa do Governo, ao aumentar o período, em termos temporais, em que se verificava a maior frequência no período de Verão, na Ilha das Flores, cumprindo assim o seu objectivo no seu Programa de Governo.

Mais tarde, e em virtude das diligências feitas pelos Deputados das Flores, Paulo Valadão e Herberto Rosa, o Governo considerou também, e pôs já em execução, a existência de um terceiro voo aos Sábados, sem prejuízo de outros aperfeiçoamentos que também hoje foram de novo aqui trazidos, particularmente pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

O Sr. mencionou aqui há pouco um administrador de outrora. Essa pessoa não está aqui para se defender e eu vou ter que fazê-lo.

Costuma-se dizer que "soldado mandado não merece castigo"! Julgo que aqui está tudo dito.

Acima desse senhor administrador ainda há mais alguém.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só queria aqui registar a intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional.

O Sr. Presidente, dois anos após a aprovação do Programa do Governo, numa medida que foi lá introduzida pelo Partido Popular (o Sr. Presidente não vai negar isso!), uma medida que, convenhamos, será talvez das mais simples que lá estava introduzida, pouco mais que administrativa, acabou por executá-la, em parte.

Declara aqui que o fez apenas em resultado da vontade dos Srs. Deputados Paulo Valadão e Herberto Rosa.

Não o fez por ser um compromisso do Programa do Governo Regional!

Não o fez, porque já tinha passado tempo demasiado sem que o tivesse feito e após esta Assembleia ter aprovado uma recomendação política ao Governo Regional para o fazer!

De facto, estamos esclarecidos sobre o conceito de diálogo, de obrigação que o Governo tem para aprovar o seu Programa de Governo, sobre o conceito de respeito que é devido pelo Governo relativamente às recomendações desta Assembleia.

O Governo fê-lo tão só, porque teve uma reunião com o Sr. Deputado Paulo Valadão e com um Sr. Deputado do seu Grupo Parlamentar.

Julgo que estamos todos esclarecidos quanto à capacidade e à intranquilidade que podemos ter, nesta Casa, como representantes do Povo dos Açores, perante um Governo que tem uma imensidade de objectivos a cumprir no Programa de Governo e se o método continuar a ser este, que pelos vistos utilizou para este caso, acho que estamos todos conversados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores. Tem 30 segundos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

É muito simples:

O Governo já considerava em plena execução o seu Programa de Governo ao aumentar o número de vezes, no ano, em que se verificava três frequências semanais na Ilha das Flores.

Portanto, a execução do Programa do Governo estava em plena marcha. Aliás, os senhores quando sobre isso falaram connosco, disseram apenas que se tratava de uma questão só porque tinham um deputado do Corvo. Colocaram a questão assim.

De qualquer modo, nós executámo-la e bem.

Se há alguma razão para que durante todo o ano este terceiro voo se verifique, isso deveu-se a iniciativas conjugadas e não conjugadas dos Srs. Deputado Paulo Valadão e Herberto Rosa, da Ilha das Flores.

É esta a razão pela qual este horário foi inclusivamente rectificado de forma a incluir esse voo mesmo nesse período.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O senhor não tem mais tempo e como está a ver estamos, como é hábito da nossa parte, só e bem, a fazer interpretações à letra de que V. Exa. está aqui a referir.

Continuamos esclarecidos sobre o perfil e o respeito que V. Exa. tem, no seu entendimento, relativamente ao papel desta Assembleia.

V. Exa. ao considerar que já executou e deu plena execução àquele princípio do Programa do Governo, acha que o assunto está encerrado por aí. Esquece que quem tem a função e a obrigação de fiscalizar a acção do Governo e de avaliar se a medida está ou não executada, Sr. Presidente, é esta Assembleia.

O Sr. Presidente não tem que concordar com a nossa avaliação, mas terá, no mínimo, que ter em conta e respeitar a vontade do povo dos Açores.

Quando esta Assembleia votou uma recomendação, é porque entendia que era preferível e que havia outra leitura do princípio que estava estabelecido no Programa do Governo.

Portanto, estamos entendidos sobre essa matéria e da interpretação restritiva.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): A decisão estava tomada antes da resolução que o Sr. Deputado está para aí a falar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nessas matérias, nós, da nossa parte, gostamos de ser justos e correctos. Criticamos quando é de criticar e valorizamos quando é de valorizar.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro está a cometer, na nossa opinião, uma grave injustiça ao querer considerar que este Governo, desde a altura que foi empossado, até ao dia de hoje, manteve as ligações da SATA com as Flores iguais às anteriores.

De facto, não manteve. Elas melhoraram e nós já reconhecemos isso por diversas vezes nesta Casa.

Aliás, era impensável, há três ou quatro anos, que tivéssemos nalguns dias dois voos semanais durante o Inverno.

Neste momento, temos no nosso horário normal de Inverno dois voos semanais, pelo menos e de cor, à Segunda-feira.

Houve um aumento e tem havido gradualmente um aumento dos stocks e da oferta para a Ilha das Flores. Ainda bem!

A prova está que quanto maior é a oferta, maior tem sido a procura. Esta é uma realidade e ainda, na nossa opinião, havia que aumentar e houve que aumentar, neste momento, a partir do próximo Sábado. Nós regozijamo-nos perante todos com isso.

A partido do próximo Sábado nós vamos ter aquele voo que nos vínhamos a bater. Ainda bem que assim é.

Nós temos que ser justos e temos que reconhecer que este aumento foi substancial e foi importante para a Ilha das Flores, fundamentalmente.

Eu penso que sobre esse aspecto, aqueles que dos voos necessitam e os operadores turísticos, têm que estar reconhecidos por esse facto e têm que julgar com justiça a actuação, neste capítulo, do Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Discutir aqui a paternidade do que é de quem, parece-nos um pouco complicado, até porque esta será uma medida que teve uma paternidade múltipla em resultado de esforços de várias pessoas, de um trabalho útil.

Deputado João Cunha (PSD): O senhor é que disse que era o pai!

O Orador: No entanto, nós demos o nosso contributo e nós insistimos na consecução desta medida, porque ela, antes demais, era um compromisso eleitoral do PS na Ilha das Flores.

Uma coisa que nós fazemos e que eu tenho como "Bíblia" na minha acção política, é ter sempre comigo o conjunto de compromissos que eu assumi perante o eleitorado que me elegeu, porque ao contrário de outros, eu tenho memória e aquilo que quando me apresentei ao eleitorado em 96, é o mesmo compromisso que eu assumo hoje, hei-de assumir amanhã e que vou assumir sempre nesta Casa.

Portanto, quanto a essa questão julgo que estamos conversados.

O que eu discuto aqui não é a paternidade, porque não a pedi para mim. O que eu questiono é uma coisa diferente e que tem a ver com honestidade política.

Presidente: O Sr. Deputados tem um minuto.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Não é honesto da parte do seu partido, ainda por cima porque o senhor tem na sua bancada pessoas que sabem disso, dizer que o Governo — e vou citá-lo:

"Não é possível o seu partido criticar o Governo Regional por só passados 2 meses ter posto em prática uma resolução aprovada no Parlamento Açoriano".

Independentemente disso ou de outra coisa qualquer, coincidências que até são estranhas, mas que, enfim, eu não quero comentar, o que é facto é que o senhor e o seu partido sabem que o aeródromo do Corvo, tal como o do Pico, são administrados pela SATA!

Sabe que o aeroporto das Flores, é administrado pela ANA-EP!

Sabe que o horário normal de funcionamento daquele aeroporto é de Segunda a Sexta-Feira e que para o aeroporto ser aberto ao fim-de-semana é necessário uma autorização prévia dessa empresa que, como eu disse na minha intervenção e que o senhor provavelmente não ouviu, porque nessa altura não estava na Sala, chegou à

Secretaria Regional da Economia, no dia 5 de Novembro e no dia 6 a SATA já tinha esse voo introduzido no computador e o tempo que medeia essas três semanas é o tempo normal para que as agências se organizem e as pessoas possam fazer reservas.

Presidente: O Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Eu já termino.

O interesse do voo ao Sábado nas Flores não é apenas para vê-lo passar na pista, mas sim servir as populações, quer os que querem entrar quer os que querem sair.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nada falarei em relação ao Governo, porque ele já não tem tempo. Aliás, julgo que o assunto está esclarecido.

Relativamente ao Sr. Deputado Herberto Rosa, repito, a nossa intervenção nesta Casa, o chamar aqui ao aspecto histórico que envolveu a introdução deste compromisso no Programa do Governo, por nós introduzido — eu não nego que o senhor tivesse compromissos eleitorais, mas não estavam explícitos no Programa do VII Governo e é isso que interessa — foi apenas para reagir a uma injusta citação que V. Exa. fez aqui do meu partido e da nossa bancada.

Foi nessa perspectiva que nós colocámos aqui as coisas.

Aliás, o Sr. Deputado Paulo Valadão — o nosso partido não tem deputado eleito pela Ilha das Flores — fez aqui referências que ele melhor do que ninguém as sabe fazer.

Melhoraram os voos!

Ótimo!

Sr. Deputado, isso agrada-nos a todos e ninguém pôs isso em causa.

Porém, os senhores também têm que perceber que, apesar do Partido Popular não ter deputados pela Ilha das Flores, não está inibido de aqui lutar por toda a Região e também zelar para que, questões fundamentais para aquela ilha, também sejam aqui defendidas e acauteladas por nós.

Uma delas — repito — fazia parte de um ponto do Programa do Governo, no qual nos tínhamos empenhado.

Isso é legítimo e é esse ponto de vista cujos contributos foram de vários. Nós estamos todos sensíveis para isso.

Não queiram é retirar o Partido Popular desse modesto contributo, apesar de não ter Deputado pela Ilha das Flores e apesar de não ter o privilégio, que pelos vistos outros têm, de reunir assiduamente com o Sr. Presidente do Governo.

Repito: façam as vezes que entenderem. Nós não temos ciúmes nessa matéria, nem em nenhuma outra, mas não nos tirem o mérito da iniciativa, porque ela é nossa.

Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu é que votei o Programa do Governo, não foi o senhor!

Aí estamos entendidos também.

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos até às 18.35 horas.

Às 18.30 horas, gostaria de reunir com líderes parlamentares, na Sala da Mesa, para resolver uma questão que ainda está pendente.

Obrigado.

(Eram 18.10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar início ao nosso **Período da Ordem do Dia**, com os diplomas da fiscalidade, ou seja, 5 Propostas apresentadas pelo Governo e 2 projectos de Decreto Legislativo Regional, sobre "Adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores e adaptação fiscal", oriundos do PSD e do PP.

(Eram 18.50 horas)

Vamos iniciar o debate na generalidade. Estão abertas as inscrições.

Para iniciar o debate tem a palavra o autor das propostas e dos projectos que, segundo a disposição regimental, o debate será feito segundo o processo legislativo comum, ou seja, com tempos não globais mas individuais por cada deputado, com 2 intervenções, na generalidade, sendo a primeira de 20 minutos e a segunda de 10, excepto para os autores dos projectos ou propostas que têm para a primeira intervenção 30 minutos e depois, na especialidade, uma primeira intervenção de 15 minutos e uma segunda de 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Desde a instituição da autonomia dos Açores, o poder tributário foi aquele que maiores entraves encontrou, quer no plano teórico quer no da sua concretização efectiva, para entrar na esfera das competências e atribuições da nossa Região.

A conquista desse novo poder para o campo da nossa Autonomia é um facto histórico de grande relevo, que eleva os conteúdos das nossas políticas próprias para uma dimensão política mais completa e muito mais exigente.

Sobretudo por isso, a Região deve usar essa dimensão dos seus poderes num enquadramento de reforço da eficácia das suas políticas internas, mas também da consciência de que o uso desses poderes ficará ligado a uma avaliação da sua maioria e bom senso.

O primeiro texto constitucional de 1976, ao instituir a autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira, ignorou esta aspiração autonomista, e só a Revisão Constitucional de 1989 viria a resolver parcialmente a questão, deixando, porém, a capacidade da Região adaptar o sistema fiscal nacional às especificidades regionais pendente de uma lei quadro aprovada pela Assembleia da República.

Durante nove anos, os poderes políticos instalados a nível nacional e regional, não souberam concertar-se para que essa lei-quadro fosse aprovada, e só com a tomada de posse deste Governo Regional, foi activado o grupo de trabalho então criado, negociada a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, aprovada posteriormente pela Assembleia da República tal qual a havíamos negociado, permitindo que hoje, neste

Parlamento, os partidos possam estar a discutir uma baixa de impostos que seria impossível sem aquela lei-quadro e muito improvável sem acção do actual Governo. Estamos, assim, pela primeira vez na nossa História, a assumir poderes significativos numa área de grande sensibilidade como é a fiscalidade, com os olhos dos açorianos e do país postos em nós.

É, por isso, para nós, VII Governo Regional dos Açores, uma grande honra, iniciar um debate que irá, no seu termo, concretizar uma aspiração que esteve sempre presente na mente de todos quantos se bateram pela autonomia, desde os seus paladinos no final do século passado.

Compete-me, pois, em representação do Governo, apresentar a esta Assembleia as propostas que, no cumprimento do nosso programa e dos nossos compromissos perante os açorianos, elaboramos.

São propostas que vão de encontro às expectativas da generalidade dos cidadãos residentes na Região, que correspondem à realidade que presentemente se vive nos Açores e que se situam no limiar da quebra de receitas comportáveis pela nosso Orçamento.

Este último aspecto, é particularmente importante numa altura como agora, em que a Região está a braços com as consequências das várias calamidades que nos atingiram nestes dois últimos anos, nomeadamente do sismo de 9 de Julho passado, e que nos tem obrigado a afectar uma parcela significativa de recursos do nosso orçamento para a recuperação dos estragos por elas causados.

Para os próximos anos de 1999 e 2000, temos previsto no Orçamento da Região, apenas para o Programa "Calamidades", as verbas de 13,9 M.c. e 10,7 M.c., respectivamente. Felizmente que estas catástrofes geraram, também, uma enorme onda de solidariedade pessoal e institucional que, de imediato, muito aliviaram as precárias condições dos sinistrados e muito vieram contribuir para o financiamento dos vultuosos investimentos necessários à reposição das condições de vida normal.

Não fosse essa onda de solidariedade, nomeadamente da institucional, na base da qual a Região conseguiu, até ao momento, recursos adicionais directamente transferidos do Orçamento de Estado de 5,5 M.c. e de fundos comunitários desviados de outras Regiões do País no montante global de 13,3 M.c., e estaríamos hoje

confrontados com um enorme problema de redução de despesas do Plano de investimentos.

Será bom lembrar que, neste momento, está ainda por assegurar o financiamento de 5,4 M.c. de défice no Orçamento proposto pelo Governo para o próximo ano e que, obviamente, qualquer diminuição adicional de receita, implicará um agravamento deste défice ou uma redução de igual montante nos investimentos previstos e que tão necessários são ao desenvolvimento da Região.

Estamos, por isso, a diligenciar eliminar este défice ou, pelo menos, atenuá-lo.

Agora, o que temos é grande dificuldade em defender este objectivo quando, em simultâneo, se pretende reduzir receitas fiscais, que são a rubrica mais importante das receitas próprias da Região, para além de limites não justificados e inoportáveis, nas actuais circunstâncias, pelo nosso Orçamento. Isto numa Região que apresenta ainda elevados défices no seu Orçamento Corrente.

Não podemos deixar de lembrar que para este ano o défice corrente, sem contar com qualquer transferência do Orçamento de Estado, que não são receitas próprias da Região, é de 14,1 M.c. e para o próximo ano será de 11,7 M.c..

Com uma situação destas, pretender-se, no actual momento, voluntária e conscientemente, reduzir-se receitas fiscais para tais limites e, simultaneamente, apelar-se à solidariedade nacional e internacional, é imprudente, demagógico e afecta gravemente a imagem da nossa Região no exterior.

Atitudes irresponsáveis como esta que nos está a ser agora proposta pela oposição PP/PSD, para além de prejudicarem gravemente as negociações que o Governo tem em curso para a cobertura do défice ainda existente no Orçamento para o próximo ano, prejudicarão também, no futuro imediato, o bom e total aproveitamento das potencialidades contidas na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que exigem um comportamento de solidariedade e de corresponsabilidade e não atitudes egoístas e oportunistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

As propostas de Decreto Legislativo Regional apresentadas pelo Governo situam-se, no nosso entendimento, no limiar das nossas possibilidades orçamentais e

representam um primeiro passo, um passo bastante significativo, aliás, no sentido de uma maior justiça fiscal, de atenuação dos sobrecustos da insularidade e de desenvolvimento do tecido empresarial da Região.

Estudos recentes efectuados pelo Governo Regional, com base nos cabazes de produtos que constituem o suporte de cálculo do Índice de Preços no Consumidor (I.P.C.) das diferentes Regiões do País, evidenciam que a diferença de custo de vida entre a Região e o Continente (Lisboa) é superior nos Açores em 2,95%.

Estes estudos comprovam, também, que o nível mais elevado do custo de vida nos Açores se deve, fundamentalmente, ao funcionamento menos eficiente dos mercados regionais e ao custo dos transportes, que é aqui maximizado pela insularidade e dupla insularidade.

Será, pois, nestas duas vertentes que deverá incidir, preferencialmente, a nossa luta para atenuar, ou mesmo anular, de uma forma consistente e duradoura, os custos da insularidade.

Não quer isto dizer que uma actuação por via da fiscalidade, muito em especial por via da tributação indirecta (o IVA), não seja também eficaz. De facto, o reduzido diferencial entre os custos de vida no Continente e nos Açores, reflecte já os efeitos altamente benéficos das taxas do IVA na Região serem, há já vários anos, inferiores às do Continente.

Isto mesmo é claramente evidenciado pelas análises de sensibilidade feitas no já referido estudo do Governo Regional aos preços dos produtos integrantes do I.P.C. e que aponta para a conclusão de que com o mesmo nível de IVA, o diferencial de custos de vida entre os Açores e o Continente passaria de 2,95% para 7,44%, isto é, mais 4,49 pontos percentuais.

Face a este diferencial de 2,95%, poderá concluir-se que reduções muito acentuadas na tributação directa, muito em especial em sede de I.R.S., serão dificilmente justificáveis. Pelo contrário, fácil é constatar que reduções acentuadas nas taxas deste imposto, viriam introduzir novas injustiças relativas, discriminando a favor dos escalões de rendimento mais elevados e agravando ainda mais o fosso entre estes e os sectores mais desfavorecidos da população que não chegam sequer a atingir o nível de rendimentos necessário para o pagamento de impostos. Para estes últimos,

impõem-se medidas de outra natureza, já que o sistema fiscal não é a sede própria para este efeito.

Vejamos, mais em pormenor, o desagravamento fiscal que é proposto pelo Governo Regional e pela oposição PP/PSD em sede de I.R.S., tomando como base de incidência as taxas, os escalões e os rendimentos actualmente ainda em vigor previstos no art.º 71º do Código de I.R.S..

Com a proposta do Governo Regional, e admitindo que todo o rendimento disponível se destina ao consumo, apenas os contribuintes do 1º escalão não serão inteiramente compensados do diferencial existente entre os custos de vida nos Açores e no Continente; os contribuintes do 2º escalão beneficiarão de uma compensação praticamente igual àquele diferencial e os contribuintes do 3º e 4º escalões ficarão beneficiados em cerca de 0,5 p.p. e 1 p.p. respectivamente.

Na proposta da oposição PP/PSD que implica um desagravamento fiscal de mais 5% do que a proposta do Governo e uma redução adicional de receita pública superior a 1,1 M.c. — os contribuintes do 1º escalão continuam a não ser inteiramente compensados daquele diferencial de 2,95% e todos os restantes contribuintes dos escalões de rendimento mais elevado beneficiariam de um desagravamento fiscal que mais que compensaria aquele diferencial, chegando mesmo os do último escalão a duplicá-lo (6 pontos percentuais de redução na taxa de impostos a pagar).

Isto é, com a proposta da oposição PP/PSD os ricos ficam mais ricos e os pobres continuam pobres, com a agravante do Governo Regional ficar com menos recursos para poder beneficiar, com outras medidas, por via da despesa pública, os que ainda dispõem de reduzidos rendimentos.

E isto, conduz-nos já a uma outra questão que é, precisamente, a de saber qual o efeito da despesa pública na economia da nossa Região.

Antes, porém, deixemos bem claro que as nossas propostas, as propostas do Governo, são mais adequadas à realidade regional, são de mais fácil e rápida aplicação e são propiciadoras de um gradualismo mais racional na prossecução de uma cada vez maior justiça social.

Não podemos, por isso, deixar de manifestar, desde já, a nossa discordância relativamente ao art.º 4º. n.º 1 da proposta da oposição PP/PSD, não apenas no que

refere à redução da taxa proposta, mas, sobretudo, à extensão da sua aplicação a todas as demais taxas previstas, para além daquelas a que se refere o artº. 71º. do Código de I.R.S..

Consideramos ser esta uma medida extremamente imprudente, pois para além de implicar uma redução de todas as taxas liberatórias previstas nos artº 74º e 75º do Código do I.R.S. (juros, dividendos, receitas do jogo e mais valias de valores mobiliários) — o que contraria o espírito da Lei de Finanças das Regiões Autónomas — viria também criar graves conflitos com as circunscrições fiscais da Madeira e do Continente, podendo, inclusivamente, a Região ser acusada de promover, deliberadamente, desvios significativos de fluxos financeiros.

Deputada Berta Cabral (PSD): E isso é mau?

O Orador: Tem consequências!

Isto para além das enormes complicações processuais que esta alteração obrigaria, por exemplo, por parte das instituições de crédito, em ordem a poderem proceder à retenção de imposto na fonte, com taxas diferenciados sobre os juros de depósito a prazo e à ordem, consoante a residência dos seus clientes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É nossa convicção de que a despesa pública nos Açores, constitui, ainda, um forte sustentáculo do nível de actividade económica e o principal motor do nosso desenvolvimento, para além de representar, também, um forte estabilizador e amortecedor de crises económicas e sociais.

Existe uma forte correlação entre a despesa pública e o crescimento do PIB nos Açores, pelo que esta é uma variável estratégica determinante no processo do nosso desenvolvimento, não sendo ainda facilmente substituível pelo livre funcionamento das forças de mercado. Entendemos também, por outro lado, que o efeito de fiscalidade nas motivações para o investimento por parte dos empresários, poderá ser importante mas não definitivamente significativo.

As principais condicionantes da actividade empresarial situam-se também em outros domínios e não apenas no fiscal.

E se isto será assim em matéria de I.R.C., os acréscimos do rendimento disponível nos particulares, provenientes de um desagravamento fiscal em sede do I.R.S., constituirão, em primeira linha, um estímulo ao consumo privado e não ao investimento. Consumo este que, dada a estrutura da nossa economia, se deverá orientar, predominantemente, para a importação. O efeito no aparelho produtivo regional será, assim, muito reduzido e a sua comparação com igual montante da despesa pública orientada para o investimento, como é o caso presente, não nos deixa muitas dúvidas quanto à melhor opção a tomar.

Na presente situação, em que as pressões sobre o orçamento da Região são muito grandes, quando não está ainda sequer assegurado o financiamento do seu défice para o nível de investimento que pretendemos, a mais elementar prudência aconselha a uma evolução gradual em matéria de desagravamento fiscal, tanto em sede de I.R.C. como, principalmente, em sede de I.R.S..

Maiores avanços nesta matéria só poderão ser conscientemente feitos, após estudo do impacto de desagravamento fiscal sobre os grandes agregados da economia açoriana, o que ainda está por fazer.

Não podemos também deixar de salientar mais alguns aspectos, contidos nas propostas do Governo Regional, que consideramos igualmente relevantes.

Em sede de I.R.S., procede-se a um desagravamento de 20% das taxas actualmente em vigor, em atenção aos custos da insularidade que também afectam as empresas que aqui exercem a sua actividade, pretendendo-se, deste modo, promover a competitividade do tecido empresarial regional com o correlativo aumento do investimento produtivo e da tão necessária criação de postos de trabalho.

Contudo, o Governo Regional entendeu não esgotar no imediato, a totalidade da amplitude da redução prevista na Lei das Finanças das Regiões Autónomas, tanto mais que propõe, em simultâneo, uma ampla utilização do mecanismo de incentivos ao investimento produtivo pela via da dedução à colecta dos lucros reinvestidos.

Não deixa, também, de se atender à possibilidade de introdução de um desagravamento diferenciado para as micro e pequenas empresas que constituem unidades produtivas de cariz familiar que, na malha produtiva de uma região assumem uma importância relevante.

Norteados por critérios de simplificação na adaptação do sistema fiscal nacional à diversas especificidades regionais, a proposta que o Governo Regional apresenta em matéria de dedução à colecta dos lucros reinvestidos, acompanha de perto o regime do "crédito fiscal por investimento" previsto na legislação nacional, com algumas ressalvas de extrema importância. De entre elas, destacam-se, a abolição do limite do benefício a 15% do valor da colecta estabelecido naquela legislação, afastando-se, igualmente, o conceito de investimento adicional como critério a aplicar na atribuição desse mesmo benefício, permitindo na Região a sua aplicação a 10% da totalidade dos lucros reinvestidos.

Sucedem que este valor sofre majorações de 30% e de 40% para dois grupos diferenciados de ilhas, como medida de incentivo adicional tendo em vista a atenuação das assimetrias de desenvolvimento ainda existentes na nossa Região.

Naquilo que representa uma solução absolutamente inovadora no nosso país, o Governo Regional estendeu a possibilidade de aplicação deste benefício a todos os empresários em nome individual que exerçam uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Contudo, não se poderá deixar de limitar o seu acesso apenas aos que disponham ou venham a dispor, para este efeito, de contabilidade organizada, impedindo-se desta forma a confusão com o respectivo património individual, ao mesmo tempo que se incentiva a adopção de melhorias significativas da organização e funcionamento destas unidades produtivas.

No contexto dos mecanismos previstos na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, não poderia o Governo Regional deixar de incluir uma proposta que adaptasse às nossas especificidades o regime de incentivos de base contratual previsto no art.º 49-A do Estatuto de Benefícios Fiscais, no que constitui um importante instrumento da política económica, cujos resultados se esperam venham a ser significativos na captação de novos investimentos, que tão necessários são ao rápido desenvolvimento da nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

As propostas do Governo Regional que acabo de apresentar a V. Exas. são, a nosso ver, as que também melhor conciliam os interesses, aparentemente contraditórios,

existentes entre consumidores e produtores de bens e serviços na nossa Região, Região esta que é já tão afectada por sobrecustos derivados da sua situação insular e ultraperiférica.

O sector público, nomeadamente a administração regional, é particularmente afectado por esta situação, pois é também um importante produtor de bens públicos (infraestruturas de transportes, hospitais, centros de saúde, escolas, etc.) cuja construção e manutenção foram muito frequentemente feitas de uma forma sobredimensionada, não beneficiando também o seu funcionamento de quaisquer economias de escala, muito mais fáceis de conseguir quando existe continuidade territorial e concentração populacional, o que não é, manifestamente o nosso caso.

A produção destes bens públicos conduz, obviamente, a sobrecustos, com uma incidência orçamental do lado das despesas, para cujo financiamento se terá de assegurar o correspondente aumento de receitas, sejam elas provenientes de transferências do Orçamento de Estado, da União Europeia, de endividamento ou de receitas próprias.

Do lado do consumidor, e como já atrás referi, também se verifica um nível de custo de vida mais elevado nos Açores, fundamentalmente originado por um funcionamento menos eficiente dos mercados e pelos custos de transportes, que aqui são ainda maximizados pela dispersão do nosso território insular.

Nestas circunstâncias, o consumidor está interessado na eliminação deste diferencial do custo de vida, sendo uma das vias para o conseguir, passar por exemplo a dispor de mais poder de compra.

As nossas propostas de redução das taxas de tributação em sede de impostos sobre o rendimento, de dedução à colecta dos lucros reinvestidos pelos empresários regionais e de contratualização de benefícios fiscais de âmbito regional, conseguem o objectivo de, simultaneamente, disponibilizarem mais poder de compra aos consumidores, que assim compensarão o acréscimo de custo de vida nos Açores, aumentarão o lucro líquido das empresas e facilitarão o investimento produtivo na nossa economia, colocando os empresários regionais num plano de maior igualdade com outros empresários localizados fora da Região, num espaço, apesar de tudo, cada vez mais concorrencial.

E tudo isto foi possível porque este Governo conseguiu também assegurar, com muito esforço, com muito empenho, com muita determinação e vontade política, instrumentos de actuação que nos asseguram uma diminuição considerável das restrições orçamentais que impendem sobre qualquer orçamento, mas que aqui nos Açores eram já incomportáveis.

Gostaria, ainda, nestas minhas últimas palavras de apresentação, de referir a situação dos açorianos que, por possuírem muito poucos rendimentos e não serem abrangidos pela baixa de impostos, vão também merecer a nossa atenção. O Governo está, neste momento, a concluir os estudos e a solução para os compensar. Essa solução ficará, apenas, dependente, das disponibilidades orçamentais, nomeadamente do grau de diminuição de receitas que resultar dos diferentes projectos de diminuição de impostos que vierem agora a ser aprovados.

Termino, salientando, mais uma vez, a nossa satisfação por hoje propormos ao Parlamento a aprovação dos compromissos que há dois anos assumimos e na sequência dos quais os açorianos nos deram a sua confiança para governar os Açores. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Antes de dar continuidade ao debate eu queria fazer duas observações.

Quando referi que haviam 7 diplomas em discussão, esqueci-me que há uma proposta de substituição da comissão. Segundo as disposições do Regimento, artigo 148.º, a mesma deve ser introduzida na discussão na generalidade.

Daqui em diante, agradeço que tenham isso em consideração.

Também já se pôs a questão da votação na generalidade e se não houver objecções, seguir-se-ia essa votação segundo o artigo 159.º, que diz:

"É admissível a aprovação, na generalidade, de vários projectos ou propostas com o mesmo objecto; neste caso, a Assembleia delibera também sobre aquele que serve de base à discussão e votação na especialidade."

Portanto, votaremos em conjunto os diplomas e escolheremos um para o debate na especialidade.

Vamos dar sequência ao debate.

Aceitam-se inscrições, uma vez que não há pedidos de esclarecimento sobre a intervenção do Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento de todos, o Partido Popular tem um compromisso com o povo dos Açores no sentido de contribuir para a adaptação da Lei das Finanças Regionais numa óptica de uma efectiva redução fiscal nos Açores, quer na perspectiva das empresas quer na perspectiva das famílias.

Logo que tivemos conhecimento da aprovação da Lei de Finanças Regionais, foi preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Popular propôr, ao Governo e ao PS, a inclusão no Plano de Médio Prazo e no Plano e Orçamento para 1998, os princípios gerais a que devia obedecer a redução dos impostos nos Açores, à semelhança de outras vertentes da Lei das Finanças Regionais, estas, sim, tinham sido lógica e, naturalmente, introduzidas, quer na proposta do Plano a Médio Prazo quer no Orçamento e Plano para 1998.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Decorridos alguns meses, está este Parlamento a fazer a análise de diplomas que são históricos na vida da autonomia regional.

É, de facto, graças à Lei das Finanças Regionais que, 22 anos depois da instauração da autonomia regional, os representantes do povo dos Açores estão a estudar a adaptação do sistema fiscal à nossa Região.

Eu diria que, a partir de agora, os próprios instrumentos fundamentais da governação, nomeadamente o Orçamento, vão passar a ter uma função, esta sim, semelhante àquela que é usual ter-se nos chamados Orçamentos de Estado.

Eu diria que com esta alteração talvez as discussões sobre o Plano e o Orçamento, nomeadamente sobre este último documento, passam a ter a dignidade própria de uma Região que tem autonomia política e autonomia financeira.

Até agora, sem qualquer menosprezo, o nosso papel talvez fosse muito próprio de uma mera autarquia, daí a razão que nos levava muitas vezes a dar muita incidência

no Plano e muita pouca atenção ao Orçamento, porque a Região não tinha possibilidade de ter uma política fiscal. A Região não podia decidir, em parte, pelo menos, sobre as suas receitas.

É isso que podemos fazer agora.

Ao mesmo tempo que nos congratulamos com essa faculdade que a Lei nos dá, eu queria deixar aqui muito claro que, para nós, Partido Popular, essa lei vem, em certa medida, frustrar legítimas aspirações de uma Região Autónoma, porque não vai permitir que se tenha em conta aspectos específicos de uma região insular.

Julgo que acreditávamos que no dia em que fizéssemos uma adaptação fiscal, teríamos a possibilidade, por exemplo, de introduzir nos abatimentos, as despesas com os transportes aéreos. Era o mínimo que se podia facultar, ou seja, uma região arquipelágica como a nossa, poder contribuir para uma maior igualdade entre os cidadãos dos Açores e os cidadãos do resto do País, permitindo que as nossas despesas extraordinárias, volumosas com o transporte aéreo, não só inter-ilhas, como entre a Região e o Continente, pudessem ser contempladas nos nossos documentos que anualmente apresentamos às finanças.

O Partido Popular, na sua proposta inicial de redução fiscal, foi na linha daquilo que entendia que era o desejável que, para nós, seria o óptimo e essa linha incluía, nomeadamente, um reforço na capacidade de abatimentos ao nível das tais despesas com transportes aéreos, com a educação e um outro conjunto de aspectos que nos pareciam minimamente justos para compensar o contribuinte ilhéu, o contribuinte dos Açores.

Reconhecemos, e foram algumas das críticas que foram feitas ao diploma apresentado inicialmente pelo Partido Popular, que infelizmente aquilo que a Lei das Finanças Regionais nos dá no artigo 33.º é logo retirado à frente com o artigo 37.º.

Enquanto que no artigo 33.º se permite que o nosso poder de adaptação dos impostos se faça em matéria de incidência, o artigo 37.º, levanta sérias dúvidas, se é que na óptica de alguns não anula essa possibilidade de actuarmos sobre a incidência.

Quero aqui dizer, formalmente, que em circunstâncias normais, o Partido Popular manteria esses aspectos que consideramos importantes, inovadores da nossa proposta, porque é importante que esta Região experimente, se necessário os órgãos dos

tribunais adequados, sobre a melhor interpretação que se possa dar ao conteúdo desses artigos.

Temos também consciência de que para conseguirmos uma verdadeira e real diminuição de impostos nos Açores em 1999, e atendendo a que estamos no fim do ano, não é correcto fazer introduzir elementos na adaptação fiscal que de qualquer forma possam fazer correr algum risco sobre a legalidade do diploma a sair desta Casa.

Todavia, queremos deixar claro que nos anos subsequentes vamos ter certamente oportunidade de experimentar alguns desses mecanismos, porque nós somos por uma interpretação ampla dos direitos da Região Autónoma nessa matéria e não nos vamos deixar ficar pelas interpretações restritivas.

Nesse mesmo domínio, estava a nossa proposta inicial de redução do IRS.

Todos sabem que a vontade específica do Partido Popular era, no fundo, dar resposta à questão da justiça social, que ainda há pouco o Sr. Secretário aqui referiu, e introduzir taxas variáveis da redução do imposto para cada um dos escalões.

Quando o PP, na sua proposta inicial, tinha uma diminuição de 4% para cada um dos escalões, estava, com isso, a reduzir 26% aos contribuintes do escalão dos 15%, o mais baixo, a reduzir 16% aos contribuintes do 2.º escalão, 11% aos do terceiro escalão e apenas 10% aos do quarto escalão.

Mal a nossa proposta foi tornada pública, logo as vozes do Governo e outras pagas por todos nós, mas ao serviço do Governo, levantaram dúvidas sobre a legalidade dessa iniciativa.

Todos reconheceram que essa forma de agir sobre as taxas era a mais justa e ao contrário do que disse aqui o Sr. Secretário, a proposta do Governo também deixa os ricos mais ricos e os pobres mais pobres... Só que na proposta do Governo os ricos ficam menos ricos e os pobres mais pobres, o que ainda é pior.

O que eu vos queria dizer aqui é que nós, em vez de reduzirmos uma taxa fixa sobre cada um, preferimos reduzir 4 pontos em cada um.

Perante essas vozes que levantam dúvidas sobre a legalidade dessa matéria, o Partido Popular entendeu que por agora, e pondo acima de tudo o interesse institucional, o interesse da Região ao sairmos desta Assembleia com um diploma de redução de

impostos nos Açores, penalizou a sua proposta que fazia injustiça social em favor de uma proposta que faz uma redução proporcional, porque ao mantermos taxas diferentes de redução, taxas maiores para os que têm menos rendimentos e menores para os de maiores rendimentos, estávamos, no fundo, a distorcer a estrutura nacional de impostos. Temos consciência disso. Portanto, estávamos a fazer nos Açores aquilo que o Estado Português não foi capaz de fazer ainda.

No dia em que esta Assembleia entender que não há risco de legalidade, o Partido Popular põe a sua proposta em cima da Mesa. Se insistem que há risco de legalidade e nós admitimos que possa haver, aguardamos melhor oportunidade, mas queremos experimentar esses mecanismos.

Que fique claro: a proposta do Partido Popular refazia alguma justiça social nos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estranho muito que o Partido Socialista e o seu Governo estejam a apresentar novamente aos açorianos uma situação — digamos - dramática: ou nós, ou os socialista e o Governo, ou o caos, ou a desgraça, ou o desequilíbrio orçamental, ou o fim.

Vejamos:

O Governo propôs uma redução de IRS de 10%.

Se o Governo tivesse proposto uma redução de IRS de 5%, imaginemos que a oposição tinha proposto uma de 10%, o que é que o Sr. Secretário vinha aqui dizer? Provavelmente, a oposição irresponsavelmente duplicou a nossa proposta inicial.

Vamos analisar em relação ao IRC.

O Governo apresenta 20%. Aqui d'el Rei!

Se o Governo tivesse apresentado 10% e o PSD e o PP tivessem apresentado 20%, era a duplicação, era a irresponsabilidade, era o caos!

Sr. Presidente do Governo:

Não é assim que se procuram consensos. Não é com esse discurso que se vem ao encontro da vontade do povo desta Assembleia.

Inclusivamente, tive notícia de que hoje o Governo fez reunir um conselho qualquer de obras públicas, em que parece que o assunto que os preocupou foi o dar conta a

esses conselheiros dos impactos que as propostas da oposição poderiam ter, de forma nefasta, no Orçamento Regional, na economia regional. Logo, arranjam um exemplar de um empresário socialista, obviamente, para, em nome desses empresários, vir dar cobertura ao Governo.

Não nos afecta que um empresário socialista dê cobertura ao Governo socialista. Porém, o que nos preocupa é que no dia em que o Parlamento dos Açores, no momento histórico em que está a analisar um documento desta grandeza, o Governo esteja a utilizar os seus instrumentos para pressionar, de uma forma inadmissível, os representantes do povo dos Açores e este Parlamento. Pela nossa parte não sofremos qualquer pressão, porque temos consciência que o nosso papel é equilibrado nessa matéria e é um papel justo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é público, o Partido Popular e o Partido Social Democrata, ao nível dos seus grupos parlamentares, têm um acordo, uma incidência na actividade deste Parlamento, e que, por feliz circunstância, teve como primeira matéria de tratamento comum, a questão que envolve a baixa de imposto para os Açores em 99.

Digo, por feliz circunstância, porque trabalhamos sobre uma coisa concreta que interessa a toda a nossa gente e porque partimos de propostas — e é bom reconhecê-las — que tinham diferenças quanto à sua génese. No entanto, também é bom reconhecê-lo, ambas eram mais ambiciosas do que a proposta que o Governo aqui trouxe.

Felizmente, após várias horas e o trabalho necessário, foi possível a esses dois grupos parlamentares chegarem a um consenso sobre uma proposta conjunta para reduzir os impostos nos Açores em 99.

Julgo que foi um contributo importante, porque havia aqui o risco de prolongarmos a discussão dessa matéria em sede de comissão e dificilmente chegaríamos a um entendimento. Assim, foi possível chegar rapidamente a um entendimento.

O Partido Socialista assumiu, de livre direito, uma postura de manter as propostas do Governo — está no seu pleno direito — não havendo consenso na Comissão, mas houve uma larga maioria que traz aqui uma proposta que é equilibrada, realista e que

todos percebem que é boa para a economia e não causa nenhuns danos ao Orçamento Regional.

Vejamos:

Qual é o impacto da proposta conjunta do PSD e do PP no Orçamento Regional?

O Governo entendeu, rapidamente, que podia reduzir o IRS em 10% e com isso tinha um impacto de 2,2 milhões no Orçamento Regional. Não houve problema nenhum, nem sequer chamou os empresários para dar uma explicação de como é que ia tirar essa quantia. Não causou nenhum drama, fez com muita facilidade!

A proposta que temos hoje em apreciação em cima da Mesa, ao propor uma redução de 15%, limita-se a acrescentar uma diminuição de receita de 1,1 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É porque alguém de bom senso acredita.

Não há problema em reduzir as receitas em 2,2. É uma irresponsabilidade, é uma aventura — digamos — é um conjunto de disparates que são ditos se se reduzir 3,3. Santo Deus!

Em matéria de IRC, cujos impactos não são para 99, mas sobretudo para 2000, o Governo ao reduzir os 20% faz uma redução de 600 mil.

A alteração, que é proposta conjunta, o que faz é agravar mais 300, 400 ou 500 mil. Isto é dramático?

Para termos uma ideia basta termos presente que o Governo Regional dos Açores tem um orçamento de investimento na ordem dos 53 milhões de contos.

Se o Governo Regional executar 98% da execução material do seu plano de investimentos, como é requerido, será uma execução extraordinária anormal, que não tem nada a ver depois com gastos financeiros que muitas vezes se fazem para cumprir a execução financeira. Porém, — e todos nos estamos a entender — se o Governo cumprisse em 98% a execução do seu Plano de Investimentos, libertava uma verba rigorosamente de 1,1 milhões de contos. O Sr. Presidente aproveite estas ideias, porque elas às vezes podem ser úteis.

Segunda questão:

Se o Governo diminuísse 1,5% — e só digo isto uma vez, Sr. Presidente — nas suas despesas de funcionamento, obtinha cerca de 1,2 milhões de contos.

Recentemente, no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores — e li isso com muito agrado — o Sr. Secretário Regional das Finanças fez publicar normas, e direi para nos entendermos, de congelamento de despesas, de montantes significativos ao nível de 5% nuns casos e 10% noutros e, que eu saiba, Sr. Secretário, ainda nenhum Director Regional se enforcou.

Todos os Directores Regionais têm feito as suas despesas. Nenhum membro do Governo se demitiu, porque evidentemente V. Exa. tem algum grau de manobra sobre essa matéria e se exerce, como é nosso entendimento, uma acção de incidência sobre a parcimónia que conduz a uma efectiva boa gestão por parte dos departamentos públicos, V. Exa. sabe que conta sempre com o nosso total apoio nesse domínio.

Eu só quero chamar a atenção de que os valores que estamos aqui a acrescentar àquilo que o Governo propõe, são valores relativamente modestos.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses valores não são modestos para quem os paga. Para as milhares de famílias açorianas e para as empresas açorianas, não é indiferente ir mais 1,1 milhões de contos para serem geridos por gestores públicos, ou ficar 1,1 milhões de contos nos bolsos daqueles que os produziram e que contribuíram para a riqueza nos Açores. Aqui é que está a diferença.

Sinceramente, Sr. Presidente, eu julgo que o Governo, como socialista que é, ao ter proposto 10%, já é de admirar, porque os socialistas, em geral, querem é mais e mais impostos. São insaciáveis!

Portanto, quando os senhores propõem uma redução de 10%, estão a ser diferentes dos seus camaradas.

Se o Ministro Sousa Franco estivesse aqui, eu acho que era pior, voltava era a propor agravamento de impostos e agitava uma diminuição de 10%. Admitam isso.

O seu Governo, para Governo Socialista, acho que até foi razoável.

No entanto, não pode deixar de admitir que para aqueles que não são socialistas, que acreditam no mérito da iniciativa privada, que acreditam no papel motor das empresas, ao contrário das dúvidas que o Sr. Secretário Regional das Finanças aqui deixou, nós não temos dúvidas, para nós o impacto da economia de uma redução/tributação dos lucros dos empresários dos Açores vai ser positivo. Eu

acredito mais nos empresários dos Açores que produzem do que no Governo que só gasta aquilo que é dos outros. Portanto, estamos entendidos.

É uma questão de princípio e de filosofia. Sendo assim, estamos muito bem com as propostas que apresentamos, porque elas são coerentes para a nossa filosofia.

Quanto à despesa individual, quanto à despesa das famílias, com o devido respeito, Sr. Presidente e Sr. Secretário das Finanças, 1,1 milhões de contos que se for aumentado ao rendimento disponível das famílias dos Açores, também vai ser bem empregue, porque no conjunto das despesas do Governo Regional, do Orçamento Regional, há uma parte muito significativa que é para consumos.

Eu não posso admitir, Sr. Secretário, que quando o consumo é feito pelos privados, há o risco da economia que vai gerar importação, mas quando o consumo é feito pelo sector público parece que já não há esse risco. Aqui é que está a diferença.

Nós acreditamos naqueles que produzem, acreditamos que as pessoas vão saber dar um bom uso a esse rendimento disponível, acreditamos numa classe média que será aquela que admito aqui que, em termos relativos, mais precisa dessa medida, porque a sente mais, porque partimos de uma outra base, ou seja, a redução de impostos é um bom instrumento para combater os custos da insularidade, é um bom instrumentos para combater as famílias açorianas na desigualdade que tem em relação ao resto do país, mas só serve para aqueles que pagam. Isto todos nós sabíamos conscientemente.

Só beneficiam com a redução de impostos aqueles que pagam impostos.

Os que não pagam impostos e os outros que inclusivamente vivem dos impostos de cada um, para esses, a solução tem que ser outra.

Quanto a isso, ainda bem que desde ontem ou anteontem está-se fazendo luz nesta Casa, ou seja, a seguir esse pacote histórico vamos ter um outro pacote que, nessa matéria, vai também ao encontro da satisfação daqueles a quem esses impostos pouco dizem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Globalmente eram estas as questões que entendíamos que deveriam ser propostas nesta discussão na generalidade.

Temos consciência de que estão aqui em jogo duas filosofias.

A diferença entre uns e outros não é tão significativa, como ficou aqui provado.

O Governo tem que ter um princípio de humildade de que o que esta Assembleia decidir é o que corresponde à vontade responsável e consciente dos representantes do povo dos Açores.

Se a Assembleia decidir que o Governo vai ter uma redução de receita de 3,3 milhões para 99, em vez dos 2,2 milhões, o Governo Regional vai saber adaptar o seu equilíbrio orçamental, porque, de resto, o valor é tão insignificante.

Ainda ontem estávamos aqui todos tranquilos e o Governo apresenta uma proposta a esta Assembleia para pedir um empréstimo extraordinário de 5 milhões de contos e os Srs. não ouviram os empresários, seus amigos, sobre essa matéria.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): É para eles!

O Orador: Era bom que os tivessem ouvido sobre esta matéria, mas os senhores vieram aqui com "pézinhos de lã". Essa proposta é tão pequenina que está perdida entre as 40 que os Srs. enviaram à pressa para aqui e, sem mais nem menos, os Srs. pedem mais 5 milhões de contos, porque falhou, mas amanhã vamos ver essa matéria. Os valores que estão aqui em jogo são valores reduzidos para o volume do nosso orçamento que não de dramatização, em particular faz um apelo que nesta discussão nos centremos sobre o que está em jogo, sobre os valores, sobre as filosofias que estão aqui em debate e não se envereda para a demagogia de que o que o Governo propõe é excelente, é realista e o que o PSD e o PP propõem é mau, é aventureiro, é irrealista, porque na prática para 99, a diferença entre um e o outro é de 1,1 milhões de contos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Srs. Deputados, em princípio nós devíamos terminar às 20.00 horas. Como ainda faltam 10 minutos para a hora regimental, não sei se o Sr. Deputado Augusto Elavai pretende intervir?

Deputado Augusto Elavai (*PS*): É o suficiente.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs Membros do Governo:

Esta Assembleia, com este debate sobre a adaptação do sistema fiscal nacional, está a fazer história. Com efeito, é a primeira vez, na história da Autonomia, que a Assembleia Legislativa Regional tem a possibilidade de adaptar o sistema fiscal nacional às especificidades regionais, através de diploma próprio.

Estamos assim a culminar um processo que começou há dois anos atrás.

E começou no Programa da Nova Autonomia, onde na pág. 11 se escrevia - passo a citar:

“Quanto ao sistema de financiamento das regiões, enunciam-se os princípios genéricos que permitem o reforço das garantias do regime financeiro regional e da sua suficiência financeira. Assim impõe-se:

1. O estabelecimento de critérios para as transferências do Orçamento de Estado, substituindo-se o actual modelo baseado na mera negociação anual.” — já está cumprido.

"2. Adaptar o sistema fiscal às Regiões Autónomas, assegurando-se uma pressão fiscal menor do que a média de Portugal e da União Europeia, por forma a garantir que as regiões sejam atractivas e capazes de compensar aspectos negativos e efeitos favoráveis da insularidade económica.

3. A clarificação do poder tributário próprio das regiões.

4. A elaboração e aplicação de um conjunto coerente de incentivos fiscais e económicos que estimulem o investimento e, com ele, a criação de empregos e a modernização do aparelho produtivo.” — fim de citação

Mais tarde o programa do Governo, aprovado por esta Assembleia, incluía a diminuição da pressão fiscal como um dos pontos mais marcantes, como um dos objectivos a atingir no decorrer da legislatura.

Mas não bastava que esses desejos estivessem consagrados no programa do Governo, não bastava que constassem só no papel. Era necessário ter vontade política e criar as condições para levar à prática esse compromisso para uma legislatura.

Foi assim que passado um ano, é verdade, bastou apenas um ano, para que este Governo Regional conseguisse ver aprovada uma Lei de Financiamento das Regiões Autónomas.

Essa Lei, a Lei nº 13/98, está publicada desde 24 de Fevereiro de 1998.

Nessa Lei, símbolo da modernidade para a Região, símbolo da eficácia, da capacidade e da influência do Governo do PS e do seu Presidente e símbolo também da solidariedade existente entre o Governo Regional e o Governo da República, ficaram consagradas entre outras importantes medidas e antigas aspirações, a adaptação do sistema fiscal nacional à Região e a clarificação do poder tributário próprio.

Menos de um ano depois de aprovada e passados apenas sete meses após a sua publicação, o Governo Regional apresentou a esta Assembleia cinco propostas de decreto legislativo regional que, a serem aprovadas, consubstanciam largamente, e asseguram, sem dúvida, uma “pressão fiscal menor do que a média de Portugal e da União Europeia”.

É interessante assim verificar, e é importante dizê-lo nesta altura, que passados, apenas, dois anos da apresentação do programa da Nova Autonomia e da sua concretização num programa de Governo, os compromissos eleitorais estão a ser cumpridos um a um.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A adaptação do Sistema Fiscal nacional às especificidades regionais não poderá alhear-se das reformas em curso ao nível nacional, nem da evolução desta matéria ao nível da União Europeia.

Se, no que diz respeito a nível nacional, ainda não se conhecem quais as alterações que a legislação fiscal poderá sofrer, é de referir que ao nível da União Europeia o art.º 299.º, n.º 2 do Tratado de Amesterdam, reconhece a política fiscal como uma das medidas pertinentes para fazer face aos condicionalismos que prejudicam gravemente o desenvolvimento das Regiões ultraperiféricas, e que também as conclusões da Comissão dos Assuntos Europeus nas últimas jornadas Parlamentares Açores, Madeira e Canárias faz referência a esta matéria, ao “garantir que a interpretação do

referido artigo deva permitir no seu desenvolvimento a consolidação e actualização do Estatuto Económico e Fiscal específico destas Regiões.”

Por outro lado, e para reforçar este aspecto, o direito comparado mostra que é frequente que as regiões insulares disponham de sistemas fiscais mais leves do que os territórios continentais, como forma de compensar os especiais custos de insularidade. Custos estes que são normalmente medidos pelo custo de vida acrescido, pela necessidade de uma oferta de bens públicos muito superior e pela dificuldade de acesso a outros pontos do território nacional.

É assim, por exemplo, com as Canárias, é assim com a Córsega e é assim com os territórios franceses dos DOM, onde um regime económico e fiscal específico, foi importante para o encetar de um desenvolvimento que ainda persiste, e consagrar um conjunto de incentivos destinados a compensar problemas de descontinuidade territorial e em promover actividades geradoras de emprego ou que acrescentem competitividade interna e externa às empresas, assim como estabelecer um conjunto estável de medidas económicas e fiscais com o objectivo de promover o desenvolvimento económico e social dessas ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo sempre afirmou que a questão fiscal exigia um amplo debate regional a efectuar com a activa e responsável participação do conjunto dos cidadãos.

Dinamizada pelo Governo, e pela Comissão por si criada, esse debate efectuou-se não só com os parceiros sociais, como com especialistas, membros da Administração Fiscal e cidadãos em geral.

Tão notória foi a vivacidade com que a questão fiscal foi discutida publicamente, à semelhança de outras medidas já iniciadas e/ou concretizadas pelo Governo, que é legítimo concluir que estamos perante uma viragem social e cultural da maior relevância no sentido de uma maior consciencialização e participação dos cidadãos no esforço de construção de um sistema fiscal mais justo e mais eficaz.

Tal viragem, que se iniciou com a vitória da Nova Autonomia, será capaz de responder, estamos certos, aos desígnios de construção simultânea de um sistema económico mais competitivo, de um sistema social mais solidário e de um sistema político democrático, mais aberto e participado.

Tratando-se duma matéria tão importante para a Região, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista participou activamente nesse debate e realizou as suas Jornadas Parlamentares sobre este tema, em Angra do Heroísmo, nos dias 2 e 3 de Maio de 1998, tendo procedido à audição dos parceiros sociais e auscultado a opinião de diversas personalidades da sociedade civil sobre estas matérias,

Da reflexão e do debate efectuado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concluiu, como positivo, o envolvimento, neste processo de todos os agentes económicos, sociais e políticos com vista à obtenção de um amplo consenso que potencie um forte movimento mobilizador de toda a Sociedade Açoriana.

Concluiu também, que os diplomas a aprovar, deviam consagrar os seguintes princípios orientadores:

a) Diminuição sucessiva e gradual da taxa do IRC, até ao máximo legal de 30% e com o termo em 2001, como condição geradora de mais investimento, de mais emprego e conseqüentemente de maior desenvolvimento económico e social.

b) Diminuição da taxa do IRS numa perspectiva de correcção das desigualdades derivadas da insularidade, tendo em vista o bem-estar e a qualidade de vida das populações, com benefício para as famílias de mais baixos rendimentos.

Esta solução não impede a adopção de medidas específicas, compensatórias dos custos da insularidade, para as famílias de mais baixos recursos não tributados em IRS — dizia o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em Maio.

c) Deduções significativas à colecta, em valores variáveis e a definir, no caso de reinvestimento de lucros, por forma a incentivar o investimento, mesmo em subespaços regionais mais carenciados.

d) Promoção de uma política eficaz e coerente de benefícios fiscais, para investimentos estratégicos dinamizadores da economia regional.

e) No que concerne à capacidade de criar impostos vigentes apenas na Região, admitiu-se a possibilidade de tributar actos geradores de poluição ambiental como forma de protecção do nosso património ecológico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com excepção da última alínea, “a criação de impostos ecológicos”, as propostas apresentadas pelo Governo Regional incluem o principal destes princípios orientadores.

1. Assim, quanto ao IRS, estas propostas visam, como necessidade de atenuar os custos acrescidos da insularidade, a redução das taxas do IRS em 10%, face às que vierem a ser estabelecidas na Lei do Orçamento de Estado para 1999.

Tal como se diz no preâmbulo da proposta: “O Governo tem consciência da dificuldade de avançar mais do que o proposto em matéria da redução das taxas, sem que se verificasse uma significativa diminuição de receitas públicas, que poderia comprometer o esforço de desenvolvimento e convergência.

Espera, em qualquer caso, o Governo Regional que a medida que propõe possa funcionar, não só como um instrumento para a correcção de desigualdades entre os residentes na Região e no território continental, como também como uma forma de estímulo a um maior investimento induzido pelo aumento de rendimento dos particulares.”

2. As propostas do Governo, visam ainda em relação ao IRC, a redução da taxa na ordem dos 20%, esperando que possa ter um impacto positivo sobre a retoma do investimento nos Açores.

3. Além disso, para estes mesmos contribuintes de IRC, as propostas do Governo permitem ainda, a dedução à colecta de 10% dos lucros comerciais, industriais e agrícolas reinvestidos, ou seja, em termos significativamente mais favoráveis do que aqueles que estão previstos a nível nacional.

Para estimular o investimento em ilhas mais carecidas, a proposta admite majorações por grupos de ilhas.

4. Outra proposta do Governo Regional é a que admite que também os empresários em nome individual, colectados em sede de IRS, possam beneficiar da dedução à colecta de 10% dos lucros reinvestidos. Dada a estrutura empresarial existente na Região e o relevo dos empresários individuais, trata-se duma medida da maior importância.

5.- Uma última proposta abre a possibilidade do Governo poder negociar um conjunto significativo de benefícios fiscais com os promotores de investimentos de grande montante ou significativo impacto económico e social.

Caso venha a ser aprovada esta proposta, o Governo passará a dispor de um importante instrumento de política económica, que se espera que possa produzir efeitos significativos na atracção de investimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Segundo o artigo 103.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa, o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza.

Logo, existem dois objectivos que são necessários, para não dizer vinculativos, de todo o sistema fiscal:

1. Um fim financeiro: como forma de proporcionar receitas públicas, com as quais nomeadamente pela despesa, se satisfazem as necessidades em termos reais;
2. Um fim social: ou seja, a repartição justa dos rendimentos e da riqueza.

Assim a redução significativa, repito, redução significativa de impostos, ao não proporcionar receitas públicas para cobrir integralmente as despesas, terá de ser acompanhada, pelo menos no curto prazo, por uma redução das despesas de investimento ou por um aumento do endividamento.

Para além disso, sublinhe-se, que uma política fiscal que implique a redução de receitas, implicará igualmente uma diminuição do limite de endividamento, conforme fixado na Lei de Finanças Regionais, no seu art.º 26.

Por outro lado, a descida dos impostos, mesmo que compensada, por um aumento de receitas proveniente de outras fontes, — como sejam: transferências orçamentais; maior arrecadação de impostos devido às receitas geradas e não cobradas; recurso ao endividamento — apesar de representar sempre menores disponibilidades para a actuação do sector público, implica, no plano imediato, um aumento do rendimento no sector privado.

Tal consequência aparece numa linha de coerência com diversos outros passos que têm sido dados no sentido de reduzir a importância do sector público e aumentar as possibilidades de actuação do sector privado, no sentido de estimular a economia.

Só que isso não é fácil, não é automático, nem é tão pouco linear que o rendimento acrescido no sector privado possa induzir um aumento do investimento ou o desenvolvimento do tecido produtivo da Região.

É preciso ter presente que a fiscalidade não é uma panaceia milagrosa capaz de, só por si, fazer com que uma região ou economia se desenvolvam ou ganhem competitividade de hoje para amanhã, de um momento para o outro.

No entanto, a adaptação do sistema fiscal é um factor importante, mesmo até psicológico, para que um dos estrangulamentos da economia regional, a insularidade, seja atenuado. E pode potenciar, é desejável até que potencie, o desenvolvimento económico-social, em especial mediante o reforço da competitividade das empresas e do sistema económico e a promoção do crescimento e do emprego.

Compete por isso, também à microeconomia, às empresas e aos empresários, desenvolverem esforços no sentido de se modernizarem para aproveitarem ao máximo esta possibilidade, e poderem adquirir a tão desejada competitividade.

A matéria em questão é tão importante, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, considera que a capacidade de alterar de forma significativa a carga fiscal, deverá ser levada a cabo, com bom senso, de forma gradual, com consenso entre todos os parceiros políticos e sociais e não ser usada como arma de arremesso político contra o Governo.

É desejável, portanto, que as propostas a aprovar sejam o mais consensuais possível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A generalidade da sociedade açoriana aguarda com expectativa os resultados da adaptação do sistema fiscal nacional. Essa expectativa foi, naturalmente, criada pela própria Lei de Finanças das Regiões Autónomas, ao atribuir os poderes necessários à Assembleia Legislativa Regional, mas também pelo Programa do Governo Regional, como já referi.

O diploma ou diplomas a aprovar por esta Assembleia Legislativa, constituirão, assim, não só o cumprimento dos compromissos assumidos pelo P.S. no Programa da Nova Autonomia, mas também o culminar duma mudança estrutural, tão necessária quanto urgente, da economia e sociedade açorianas que lhes permite enfrentar com tranquilidade os desafios da modernidade e do desenvolvimento.

E isso deve-se, sem sombra de dúvidas, à Lei de Finanças das Regiões Autónomas e aos seus artífices: aos Governos do PS e a este Presidente, deste Governo Regional.

Termino fazendo votos, mais uma vez, para sabermos estar à altura da responsabilidade que sobre nós recai.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, já ultrapassámos o nosso tempo regimental, mas há ainda uma votação a fazer referente a um requerimento, apresentado pelo PSD e pelo PP, que foi distribuído durante esta tarde pelo Plenário sobre a discussão e votação de uma moção de censura a ser discutida no próximo dia 27 de Novembro, ou seja, amanhã.

Suponho que os Srs. Deputados têm todos conhecimento do requerimento.

Vamos passar, como manda ao Regimento, à sua votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD requer que fosse lido o requerimento apresentado à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Requerimento:

Os deputados abaixo identificados vêm, ao abrigo do artigo 107.º do Regimento, apresentar o presente requerimento com os fundamentos seguintes:

Foi apresentado e distribuído aos deputados no dia 25 de Novembro de 1998, uma Moção de Censura ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

Ao abrigo da regra geral estabelecida no artigo 152.º do Regimento, a Moção apresentada não pode ser discutida antes de decorridos três dias da data da sua distribuição por todos os deputados.

O cumprimento deste princípio implicaria que o Plenário reunisse expressamente para o facto no decurso da próxima semana.

No entanto, dispõe expressamente o citado artigo 152.º "in fine" que esse princípio admite uma excepção a esse prazo mínimo ao referir desde que a "Assembleia delibere de modo diferente".

Com base nesta faculdade prevista no Regimento e com fundamento de que as questões institucionais devem ser resolvidas o mais rapidamente possível, sendo certo que decorreu tempo suficiente para os deputados prepararem o respectivo debate, havendo a possibilidade de tudo ficar resolvido esta semana, os deputados abaixo identificados requerem que:

— A Moção de Censura ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores seja discutida e votada no próximo dia 27 de Novembro.

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 1998.

Os Deputados Regionais, *Victor do Couto Cruz e Alvarino Manuel Meneses Pinheiro*

Presidente: Vamos passar à votação do requerimento.

Os Srs. Deputados que concordam com o requerimento, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 24 votos contra do PS e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Cumpre-me ainda antes de terminar, anunciar a ordem do dia para amanhã, indicando que da ordem do dia de hoje, para além da continuação do 1.º ponto sobre a fiscalidade, foram retirados o ponto 2, ou seja, o Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre o Conselho Regional de Juventude; o ponto 3, Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre cooperação de habitação degradada e o ponto n.º 6, Proposta de Resolução.

Mantêm-se os restantes pontos como ordem de trabalhos para amanhã acrescentando a discussão e votação da moção de censura ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Com esta ordem de trabalhos despedimo-nos até amanhã às 10.00 horas.

Boa noite.

(Eram 20.15 horas)

A Redactora Principal, *Maria da Conceição Fraga Branco*